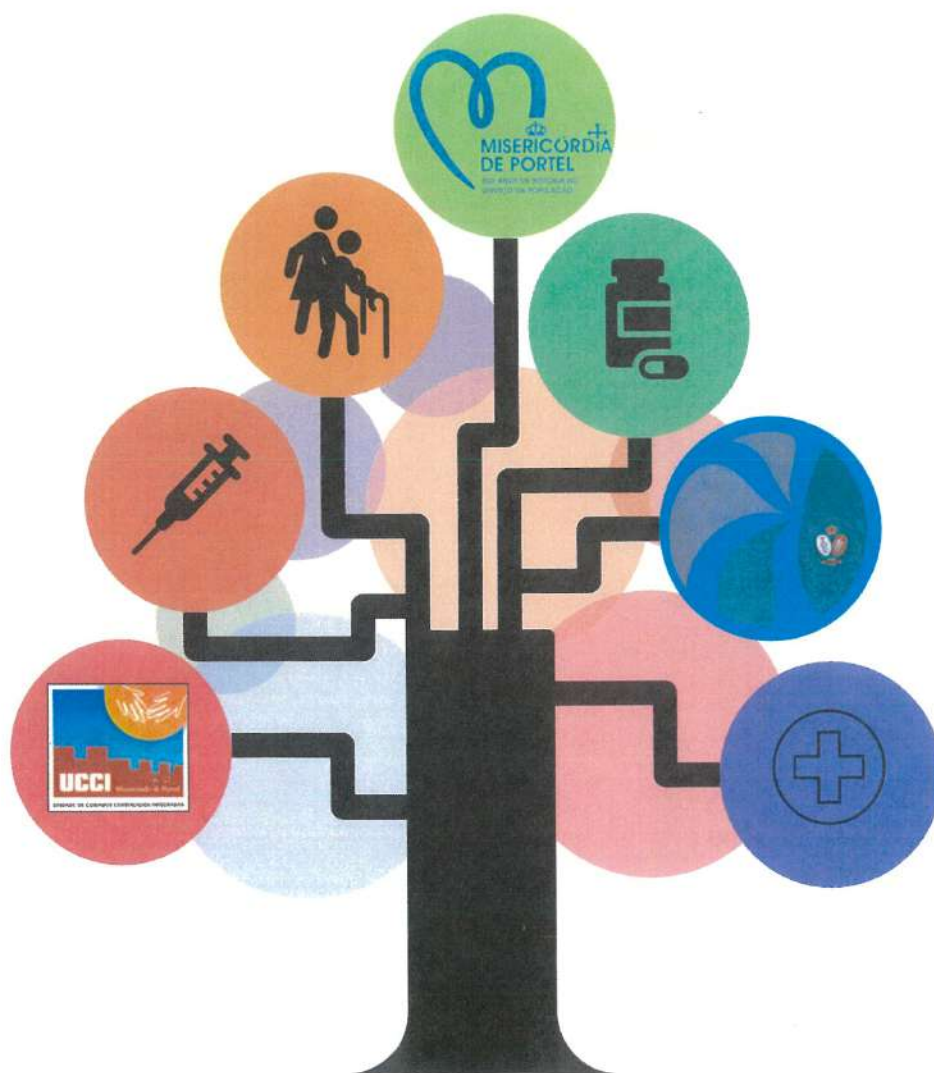


Santa Casa da Misericórdia de Portel

Relatório Gestão 2025



“A idade é apenas um número; o valor está na experiência que se carrega”

*Albino
rey*



Abreviaturas e Siglas

SCMP – Santa Casa da Misericórdia de Portel

ARS – Administração Regional de Saúde

ISS IP – Instituto da Segurança Social, IP

ERPI – Estrutura Residencial Pessoas Idosas

CD – Centro de Dia

SAD – Serviço de Apoio Domiciliário

UCCI – Unidade de Cuidados Continuados Integrados

EGA – Equipas de Gestão de Altas dos Hospitais

ECL – Equipas de Coordenação Local

RNCCI – Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados

ECR – Equipa de Coordenação Regional

IAI- Instrumento de Apoio Integrado

RH – Recursos Humanos

CMU – Custo Médio Mensal Utente

IMC- Índice de Massa Corporal

PICC- Plano Individual de Cuidados Continuados

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

ÍNDICE

Índice.....	4
1. CORPOS GERENTES	6
2. RECURSOS HUMANOS	7
3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2025	9
3.1. - INTRODUÇÃO.....	9
3.2. - RELATÓRIO	10
3.3. - ANÁLISE CONTABILÍSTICA	12
3.4. - DIVERSOS.....	16
3.5. - OUTRAS INFORMAÇÕES	16
4. RESPOSTAS SOCIAIS - ERPI, CD E SAD	17
5 -FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA	34
6 -UCCI – UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS	35
7 MAPAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	41
7.1. BALANÇO	42
7.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS.....	43
7.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA.....	44
7.4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2025.....	45
8. ANEXO 2025.....	47
1 - IDENTIFICAÇÃO	47
2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS.....	48
3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS.....	50
4 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES.....	63
5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS	64
6- ATIVOS INTANGÍVEIS.....	65
7 – INVESTIMENTOS EM CURSO.....	66
8 - INVENTÁRIOS	67
9 – CRÉDITOS A RECEBER - UTENTES E CLIENTES.....	68
10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS	69
11 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS	71
12 – DIFERIMENTOS	71
13 - OUTROS ATIVOS CORRENTES.....	72
14 - FUNDOS PATRIMONIAIS.....	74

Handwritten signatures and initials on the right margin.

15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONADOS COM ATIVOS	74
16 - FORNECEDORES	75
17 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS.....	76
18 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES	77
19 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS.....	78
20 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO.....	80
21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS.....	84
22 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS.....	87
23 - OUTROS RENDIMENTOS.....	89
24 - OUTROS GASTOS.....	90
25 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPOSTADOS	91
26– PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES	91
27 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS	93
28 - ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO	93
29 – OUTRAS DIVULGAÇÕES	94
30 – APLICAÇÃO RESULTADOS	94
31 – CONCLUSÃO GERAL	94
BALANCETES	96
32 – BALANCETE RAZÃO DEZEMBRO	97
33 - BALANCETE RAZÃO REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO	99
34 - BALANCETE RAZÃO FINAL	101

1. CORPOS GERENTES

São Corpos Gerentes da Santa Casa da Misericórdia a Assembleia Geral, a Mesa Administrativa e o Conselho Fiscal.

No ano de 2025, os irmãos que conduziram a instituição foram:

ASSEMBLEIA GERAL

Presidente – Luís Miguel Caeiro Tojo

1º Secretário - Francisco Manuel Chaurilha Leirôa

2º Secretário - João Manuel Vintém Balsinha

CONSELHO FISCAL

Presidente – Rui José Fonte Santa Cavaco

Vice-Presidente – Maria José Caixeiro Lopes Serra

Secretário – Francisca da Silva Nunes Ramalho

MESA ADMINISTRATIVA

Provedora – Maria Luísa Leonço Farinha

Vice-Provedora – Maria José Carriço Castilho

Secretário – Jorge Manuel Nascimento Rodrigues

Tesoureiro – Nélia Maria Bacalhau Lacão

Vogal - António Joaquim Palma Mendes

Vogal – Manuel António Galhano Pires

Vogal Paula Maria Travanca Figueira

Os órgãos sociais da instituição, tomaram posse no dia 16 de janeiro de 2023, estando em funções até ao final do ano de 2026.

A Mesa Administrativa é responsável pelo planeamento e gestão de todas as atividades realizadas na Instituição. O Conselho fiscal e a Assembleia Geral são responsáveis pelo acompanhamento da atividade. Sempre que algum destes órgãos desejar, ou quando solicitado, podem proferir a sua posição relativamente à atividade desenvolvida na Instituição bem como sobre novos projetos e atividades a desenvolver.

2. RECURSOS HUMANOS

A SCMP durante o ano de 2025 teve ao seu serviço 93 trabalhadores sendo que em 31/12/2025 estavam ao serviço 94 trabalhadores. Prestaram ainda serviço na SCMP, diversos colaboradores com contratos de prestação de serviços (fatura-recibo), principalmente no apoio aos serviços de enfermagem na UCCI.

Na análise efetuada associaram-se todos os colaboradores (contratos de trabalho dependente e contratos de prestação de serviços) às seguintes respostas sociais/ departamentos/sector:

ERPI/CD/SAD

UCCI

Farmácia

Administração

Dos 93 colaboradores com contrato de trabalho dependente durante o ano de 2025, 52,95% dos gastos estão imputados às respostas sociais ERPI/CD/SAD, 31,67 % dos gastos à UCCI, 9,43 % à Farmácia da Misericórdia e 5,25 % ao departamento Administração trabalhando toda a documentação administrativa / financeira de todos os departamentos/setores da instituição.

Dos 11 colaboradores prestadores de serviços no mês de dezembro, 7 são enfermeiros, 1 nutricionista, 1 fisioterapeuta e estão todos associados à UCCI. Ao sector da Administração está associada a advogada RGPD. O eletricista está associado aos setores da ERPI e UCCI.

3. RELATÓRIO DE ACTIVIDADES DO ANO DE 2025

3.1. - INTRODUÇÃO

O presente Relatório de Atividades tem como objetivo apresentar, de forma clara e sistematizada, o trabalho desenvolvido pela Santa Casa da Misericórdia de Portel ao longo do ano de 2025, com especial destaque para as respostas sociais que constituem o núcleo central da sua missão: a Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia, o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), a Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) e a Farmácia da Misericórdia.

Estas respostas refletem um compromisso sólido com o cuidado, a dignidade e o bem-estar das pessoas idosas e em situação de vulnerabilidade, através da prestação de serviços cada vez mais humanizados, qualificados e ajustados às necessidades específicas de cada utente.

A Farmácia da Misericórdia, enquanto resposta complementar, assume igualmente um papel relevante na promoção da saúde e no apoio à comunidade, assegurando o acesso seguro e orientado ao medicamento e contribuindo para a continuidade dos cuidados, tanto aos utentes da instituição como à população em geral.

Importa destacar o papel central dos colaboradores, cuja dedicação, profissionalismo e sentido de missão foram determinantes para o cumprimento dos objetivos institucionais. Ao longo do ano, foram reforçadas práticas de melhoria contínua, com investimento na formação, na coesão das equipas e na promoção de um ambiente de trabalho positivo, refletido na qualidade dos cuidados prestados.

No âmbito das respostas sociais, a ERPI assegurou um ambiente seguro e estruturado a pessoas em situação de dependência; o Centro de Dia afirmou-se como um espaço privilegiado de socialização e apoio diário; o SAD garantiu cuidados essenciais no domicílio com proximidade e eficiência; e a UCCI proporcionou uma resposta integrada, de elevada complexidade, ao nível clínico e social.

Este relatório reflete, assim, o esforço conjunto de toda a equipa — técnica, operacional e administrativa — na prossecução de um serviço de excelência, centrado na pessoa e no respeito pelos seus direitos, preferências e necessidades. Mais do que a descrição de atividades, este documento traduz o compromisso contínuo da instituição com a qualidade, a ética e a missão de cuidar.

Adicionalmente, inclui uma análise financeira detalhada, elemento essencial para a avaliação da sustentabilidade da instituição. A gestão rigorosa dos recursos, assente em princípios de transparência e responsabilidade, permitiu assegurar o equilíbrio financeiro e a continuidade da missão com uma visão estratégica de futuro.

Deste modo, o presente documento visa não só evidenciar as ações desenvolvidas e os resultados alcançados, mas também reafirmar o compromisso permanente com o rigor, a ética e a sustentabilidade, pilares fundamentais da atuação da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

3.2. - RELATÓRIO

A Santa Casa da Misericórdia de Portel, no decorrer do ano 2025 continuou a prestar os seus serviços, com predominância para a Terceira Idade, nomeadamente com o funcionamento das RS-respostas sociais de ERPI-Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, CD – Centro de Dia e ainda através da UCCI - Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

Nestas Respostas Sociais o CMU-custo médio mensal por utente, apurado pelos valores das demonstrações financeiras agora apresentadas, é o constante da seguinte tabela:

Handwritten signatures and initials on the right margin.

ANOS	ERPI	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	UCCI	
				Média Duração	Longa Duração
2025	1 445,81	667,62	866,10	3 582,95	3 582,95
2024	1 414,71	871,38	612,40	3 364,22	3 364,22
2023	1 369,97	0,00	494,05	2 777,28	2 777,28
2022	1 199,16	0,00	684,72	2 705,07	2 705,07
2021	1 244,93	0,00	539,86	2 967,62	2 967,62
2020	1 165,57	850,52	717,19	2 642,63	2 642,63
2019	988,57	838,36	631,63	2 471,52	2 471,52
2018	997,92	360,01	667,03	2 467,70	2 467,70

ANOS	ERPI	Centro de Dia	Apoio Domiciliário	UCCI	
				Média Duração	Longa Duração
2025	1 445,81	667,62	866,10	3 582,95	3 582,95
2024	1 414,71	871,38	612,40	3 364,22	3 364,22
Variação	31,10	-203,76	253,70	218,73	218,73
%	2,20%	-23,38%	41,43%	6,50%	6,50%

A resposta social ERPI registou um ligeiro aumento de **2,20%**, refletindo a atualização de comparticipações, o aumento dos custos operacionais e o contínuo investimento na qualidade dos serviços prestados. Trata-se de uma variação moderada, enquadrada numa trajetória de estabilidade e sustentabilidade.

Relativamente ao Centro de Dia, verificou-se uma **redução de 23,38%** face ao ano anterior. Esta diminuição poderá estar associada a fatores como a redução da procura, alterações na frequência dos utentes ou ajustamentos na organização da resposta, carecendo de análise mais detalhada.

O Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) apresentou um crescimento muito significativo de **41,434%**, refletindo não só o aumento da procura por este tipo de serviço, mas também o facto de, em anos anteriores, esta resposta social ter registado um número reduzido de utentes. Assim, a variação observada resulta, em parte, de uma base comparativa mais baixa, evidenciando uma recuperação e reforço da atividade nesta área.

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) registou um crescimento de **6,50%**, correspondente a uma variação absoluta de +218,73. Este acréscimo encontra-se associado, sobretudo, ao aumento dos custos com cuidados de saúde especializados, à atualização de encargos gerais e à manutenção de uma elevada capacidade de resposta da unidade.

3.3. – ANÁLISE CONTABILÍSTICA

RESPOSTA SOCIAL	2025	2024	Variação 2025/2024	
			Valor	%
ERPI	47 935,38	12 556,43	35 378,95	281,76%
CENTRO DE DIA	-8 262,22	-10 551,53	2 289,31	-21,70%
APOIO DOMICILIÁRIO	-514,91	-40,07	-474,84	1185,03%
FARMÁCIA	120 316,71	123 604,57	-3 287,86	-2,66%
UCCI	-133 095,13	-92 899,88	-40 195,25	-43,27%
ADMINISTRAÇÃO + CULTO	-76 138,81	-107 061,86	30 923,05	28,88%
TOTAL	-49 758,98	-74 392,34	24 633,36	

A análise financeira referente ao ano de 2025, em comparação com 2024, evidencia uma evolução global positiva nos resultados da Santa Casa da Misericórdia de Portel, traduzida numa redução do défice total em **24.633,36€**, passando de **-74.392,34€** em 2024 para **-49.758,98€** em 2025. Este desempenho reflete um esforço consistente ao nível do controlo orçamental, da eficiência na gestão e da otimização dos recursos disponíveis.

1. Estrutura de Rendimentos

Os rendimentos da instituição assentam essencialmente em duas grandes fontes: **prestação de serviços e vendas**.

A **prestação de serviços** constitui a principal fonte de receita, com um total de **2.325.492,68€**, destacando-se:

- **ERPI:** 1.424.755,76€
- **UCCI:** 800.180,04€

Estes valores evidenciam o peso determinante das respostas sociais na sustentabilidade da instituição.

As **vendas**, no montante de **1.303.082,28€**, estão praticamente concentradas na **Farmácia**, que representa a quase totalidade desta rubrica, confirmando o seu papel estratégico como geradora de receita própria.

Os **subsídios, doações e legados** (71.519,48€) assumem um papel complementar, contribuindo sobretudo para o equilíbrio de respostas estruturalmente mais sensíveis, como a ERPI e a UCCI.

Por sua vez, os **outros rendimentos e ganhos** (60.374,01€) apresentam especial relevância na área de **Administração e Culto**, associados a rendimentos patrimoniais e apoios diversos.

2. Estrutura de Gastos

A estrutura de custos é fortemente marcada pela natureza social da atividade.

Os **gastos com pessoal** constituem a principal rubrica, totalizando **1.965.926,03€**, com maior incidência na:

- ERPI
- UCCI

Este peso é característico de organizações intensivas em cuidados humanos, refletindo a exigência técnica e assistencial dos serviços prestados.

Os **fornecimentos e serviços externos** (578.598,66€) e o **custo das mercadorias vendidas** (865.539,55€, associado à Farmácia) representam também componentes relevantes da estrutura de custos.

Adicionalmente, o **custo das matérias consumidas** (252.649,28€) evidencia o impacto direto da atividade operacional, sobretudo nas respostas com maior componente assistencial.

3. Análise por Resposta Social

A análise por resposta social evidencia desempenhos diferenciados:

- **Farmácia (120.316,71€)**
Mantém-se como o principal pilar da sustentabilidade financeira, gerando um excedente significativo, apesar da ligeira redução face ao ano anterior. O seu contributo é essencial para compensar áreas deficitárias.
- **ERPI (47.935,38€)**
Apresenta um crescimento muito expressivo (+281,76%), refletindo ganhos de eficiência, boa taxa de ocupação e controlo de custos, sendo atualmente uma das respostas mais equilibradas.
- **Centro de Dia (-8.262,22€)**
Embora continue deficitário, apresenta melhoria (-21,70% do défice), sugerindo recuperação gradual da atividade.
- **SAD(-514,91€)**
Apresenta um resultado próximo do equilíbrio. O agravamento percentual é influenciado por uma base comparativa reduzida em 2024, refletindo essencialmente o aumento da atividade.
- **UCCI (-133.095,13€)**
Continua a ser a principal área de pressão financeira, com agravamento significativo do défice (-43,27%), devido ao elevado custo dos cuidados especializados e insuficiência de financiamento.

A análise evidencia uma **trajetória de recuperação e consolidação financeira**, suportada por melhorias operacionais relevantes.

Destacam-se como pontos-chave:

- **Farmácia como pilar financeiro essencial**, devendo ser mantida uma gestão rigorosa de margens e custos
- **ERPI como resposta equilibrada e sustentável**, justificando continuidade de investimento e manutenção de níveis de ocupação elevados
- **UCCI como principal foco de intervenção**, sendo necessária uma análise aprofundada da estrutura de custos e financiamento
- **SAD e Centro de Dia com potencial de equilíbrio**, mediante otimização de recursos e reforço da procura

Em síntese, apesar da manutenção de um resultado líquido negativo, a evolução registada em 2025 confirma uma melhoria consistente do desempenho económico-financeiro, sendo fundamental dar continuidade às medidas de controlo de custos, otimização de recursos e reforço da sustentabilidade das diferentes respostas sociais.

3.4. – DIVERSOS

Continuou-se a contar com o apoio concedido pelo Centro de Emprego de Évora, através do programa de estágios profissionais.

3.5. – OUTRAS INFORMAÇÕES

Não existem quaisquer dívidas ao Estado nem à Segurança Social, conforme se comprova através das certidões de não dívida anexas.

4. Resultados Intermédios e Desempenho Operacional

O **resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos (EBITDA)** é positivo (**56.119,02€**), demonstrando que a instituição gera capacidade operacional para suportar os custos diretos.

Contudo, após:

- depreciações e amortizações (-**94.996,69€**)
- gastos financeiros (-**10.881,31€**)

o resultado torna-se negativo, evidenciando o impacto do investimento em ativos e dos encargos financeiros na sustentabilidade global.

5. Resultado Líquido

O **resultado líquido do período** fixa-se em **-49.758,98€**, refletindo ainda um desequilíbrio estrutural, embora com melhorias face a 2024.

Os principais fatores explicativos são:

- Forte contributo positivo da **Farmácia** e da **ERPI**
 - Melhoria do **Centro de Dia** e da área administrativa
 - Pressão significativa exercida pela **UCCI**
 - Crescimento operacional do **SAD**
-

Não existem quaisquer negócios entre a Santa Casa da Misericórdia de Portel e qualquer elemento eleito da Mesa Administrativa.

4. RESPOSTAS SOCIAIS - ERPI, CD E SAD

Introdução

A Santa Casa da Misericórdia de Portel conta com três respostas sociais: A Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), o Centro de Dia (CD) e o Serviço de Apoio Domiciliário (SAD), assumindo assim um papel fundamental no apoio à população mais envelhecida do concelho de Portel.

O presente relatório tem como objetivo dar a conhecer, de forma sintética e clara, o funcionamento e as principais atividades desenvolvidas ao longo do ano de 2025 nas respostas sociais ERPI, SAD e CD, bem como refletir sobre os desafios enfrentados e os resultados alcançados.

A ERPI tem sido ao longo dos anos, a principal resposta social da SCMP, sendo reconhecida como referência no nosso distrito, pela qualidade dos cuidados prestados e pela dedicação das suas equipas. Ao mesmo tempo, o Centro de Dia e o Serviço de Apoio Domiciliário desempenham um papel essencial na promoção da autonomia, bem-estar e qualidade de vida dos utentes, permitindo a permanência no seu meio habitual sempre que possível.

Importa ainda destacar o compromisso contínuo da Instituição com a melhoria dos serviços prestados, a valorização dos recursos humanos e a adaptação às necessidades emergentes da população idosa, num contexto de crescente envelhecimento demográfico.

CARACTERIZAÇÃO DA INSTITUIÇÃO

O presente relatório tem como objetivo apresentar, de forma detalhada, as atividades desenvolvidas no âmbito do apoio social e dos cuidados de saúde (nomeadamente enfermagem e assistência médica), direcionadas essencialmente à população idosa.

Pretende-se evidenciar a importância destas intervenções na promoção da qualidade de vida, bem-estar e autonomia dos utentes.

A instituição pauta a sua atuação por princípios de humanização, respeito pela dignidade da pessoa humana, individualização dos cuidados e promoção do envelhecimento ativo e saudável. Nesse sentido, desenvolve um conjunto diversificado de respostas sociais, nomeadamente a ERPI – Estrutura Residencial para Pessoas Idosas, o CD – Centro de Dia e o SAD – Serviço de Apoio Domiciliário, ajustadas às necessidades específicas de cada utente.

No âmbito destas respostas, são assegurados cuidados básicos e especializados, incluindo higiene e conforto, acompanhamento clínico, apoio psicossocial, alimentação adequada e atividades de animação sociocultural. Estas atividades visam não só a satisfação das necessidades básicas, mas também o estímulo cognitivo, físico e emocional dos utentes.

A instituição promove ainda a articulação com outros serviços de saúde e entidades da comunidade, garantindo uma abordagem integrada e contínua dos cuidados. A formação contínua dos profissionais e a avaliação sistemática da qualidade dos serviços prestados constituem também pilares fundamentais para a melhoria contínua da intervenção.

Desta forma, este relatório pretende não só descrever as práticas implementadas, mas também refletir sobre a sua eficácia, identificando oportunidades de melhoria e contribuindo para o desenvolvimento de respostas cada vez mais adequadas às necessidades da população idosa.

Missão

A Santa Casa da Misericórdia de Portel, inspirada nos princípios da doutrina moral e cristã, tem como missão prestar cuidados individualizados e personalizados, pautados pela qualidade, eficiência e humanização, tanto em meio institucional como em contexto domiciliário.

A sua intervenção dirige-se a utentes e respetivas famílias que, por motivos de saúde, idade, isolamento, solidão, condições habitacionais, sociais ou outros impedimentos, se encontrem

impossibilitados de assegurar, de forma temporária ou permanente, o desempenho das atividades da vida diária e a satisfação das suas necessidades básicas, necessitando, por isso, de apoio e acompanhamento adequados.

Visão

A Santa Casa da Misericórdia de Portel tem como visão afirmar-se como uma instituição de referência na prestação de cuidados sociais e de saúde, reconhecida pela qualidade dos serviços prestados, pela solidariedade da sua intervenção e pelo compromisso com a melhoria contínua em todas as suas áreas de atuação.

Princípios e Valores

A Santa Casa da Misericórdia de Portel orienta a sua atuação por um conjunto de valores fundamentais que sustentam a sua missão e identidade institucional, nomeadamente:

- **Respeito** pela dignidade da pessoa humana;
- **Confiança**, promovendo relações seguras e transparentes;
- **Responsabilidade**, assegurando rigor e profissionalismo na prestação de cuidados;
- **Solidariedade**, enquanto base da intervenção social;
- **Humanização**, centrando a atuação na pessoa e nas suas necessidades;
- **Interdisciplinaridade**, através do trabalho em equipa e da articulação entre diferentes áreas de intervenção.

Estes princípios constituem a base orientadora da atuação da Instituição, estando presentes em todas as práticas e serviços desenvolvidos.

4.1. ESTRUTURA RESIDENCIAL PARA PESSOAS IDOSAS

Esta resposta destina-se a pessoas com 65 ou mais anos que, por razões familiares, dependência, isolamento, solidão ou insegurança, não podem permanecer no seu domicílio, ou ainda pessoas adultas de idade inferior a 65 anos, em situações de exceção, assim como, proporcionar alojamento em situações pontuais, decorrentes de ausência de suporte familiar.

A ERPI na sua atividade presta serviços permanentes e adequados às pessoas idosas, procurando assegurar ao utente uma vida equivalente à sua vivência familiar, promovendo e contribuindo para o seu bem-estar e qualidade de vida.

Para esse efeito, pretende-se adequar os serviços de saúde, sociais e de lazer às necessidades e expectativas dos utentes e dos seus familiares.

A ERPI destina-se ao alojamento e à prestação de serviços de alimentação, higiene e conforto da pessoa, cuidados de imagem, tratamento de roupa, higiene dos espaços, apoio no desempenho das atividades da vida diária e acompanhamento ao exterior.

Existe serviço social, animação sociocultural, psicomotricidade, terapia ocupacional e cuidados médicos e de enfermagem.

Pretende-se que no primeiro mês de acolhimento o utente se sinta bem integrado no seu novo lar. No decorrer deste período de adaptação, fica atribuído ao utente um colaborador auxiliar, de modo a minimizar o impacto da institucionalização e a facilitar a sua adaptação.

A ERPI tem protocolo de cooperação para 83 utentes, no ano de 2025 manteve a sua taxa de ocupação completa. Continua a existir uma grande procura desta resposta social.

A procura por esta resposta social não para de aumentar, pois a solidão, isolamento e as dificuldades das famílias em apoiarem os seus idosos tornam este tipo de Resposta Social a única solução para a prestação de um apoio permanente e focado nas necessidades de cada Utente.

(Handwritten signatures and initials)

4.1.2. Dados Estatísticos

ERPI - Estrutura Residencial Pessoas Idosas

Admissões - caracterização por género e por naturalidade

Genero	D/t.ª Inscrição/última renovação	Admissões	Naturalidade	Observações
F	06/06/2024	31/03/2025	Portel	
F	03/11/2024	24/01/2025	Portel	
M	08/01/2025	16/06/2025	Portel	
F	09/01/2025	11/02/2025	Portel	
F		14/01/2025	Portel	
F		21/01/2025	Portel	
F	15/01/2025	10/02/2025	Orada	V.G.D
F	17/02/2025	25/02/2025	Portel	
F	03/01/2025	15/04/2025	Portel	
M	22/04/2025	05/09/2025	Portel	
F	22/04/2025	24/09/2025	Portel	
F	14/05/2025	11/07/2025	Portel	
M		09/06/2025	Mourão	V.G.D
F		11/06/2025	Portel	
M	13/01/2022	07/07/2025	Portel	
F	09/06/2025	10/11/2025	Portel	
F	10/03/2025	14/07/2025	Alqueva	V.G.D
F	23/02/2022	04/08/2025	Portel	
M		26/09/2025	Vendas Novas	V.G.D
F	10/09/2025	29/10/2025	Portel	

Em relação às admissões de utentes durante o ano, foram realizadas 20 admissões, das quais 15 mulheres e 5 homens. Entre os admitidos encontramos dois utente provenientes do Hospital, e os restantes vindos do domicílio. As admissões em ERPI, foram provenientes dos concelhos de Vendas Novas, Portel, Mourão e as restantes das freguesias de Alqueva e Orada. Em análise podemos referir que as admissões efetuadas, estiveram uma variação do tempo de espera, relativamente a sua data de inscrição/renovação, a mesma rondou os 3918 dias.

O número de inscrições mantém-se acima de cinco dezenas de interessados, maioritariamente do concelho. Dado que o edifício não suporta mais que o número de vagas contratadas com a segurança social, não é possível dar respostas a todas as solicitações que nos são apresentadas. A tipologia dos idosos que nos procuram caracteriza-se por crescente grau de dependência e idade muito avançada.

Admissões - caracterização por género e grupo etário

No que concerne aos utentes internados em ERPI, maioritariamente a faixa etária incidente é superior aos 80 anos de idade, sendo que neste grupo etário permaneceram 65 idosos.

Óbitos - caracterização por género e por naturalidade

Género	Admissões	Naturalidade	D/t.º falecimento	Observações
Feminino	01/08/2012	Portel	08/01/2025	
Feminino	16/12/2013	Oriola	28/03/2025	
Masculino	01/01/2016	Portel	27/12/2025	V.G.D
Masculino	08/07/2016	Santana	13/01/2025	V.G.D
Feminino	15/12/2016	Portel	17/09/2025	
Feminino	20/02/2018	Alqueva	07/11/2025	
Masculino	18/04/2018	Portel	26/12/2025	
Masculino	16/04/2019	Portel	19/06/2025	
Feminino	20/05/2019	Vera-Cruz	21/10/2025	
Masculino	19/12/2019	Portel	08/05/2025	V.G.D
Feminino	12/01/2021	Alqueva	29/05/2025	
Feminino	19/02/2021	Portel	07/02/2025	
Feminino	07/09/2021	Portel	21/01/2025	
Feminino	09/04/2022		11/05/2025	V.G.D
Masculino	25/07/2022	Portel	27/08/2025	
Feminino	03/10/2022	Portel	22/07/2025	
Masculino	26/03/2024	Portel	11/06/2025	
Feminino	19/11/2024	Portel	23/02/2025	
Feminino	14/01/2025	Portel	06/03/2025	
Feminino	21/01/2025	Portel	25/01/2025	
Masculino	09/06/2025	Mourão	07/09/2025	V.G.D
Feminino	11/06/2025	Portel	01/07/2025	

Feminino	11/06/2025	Portel	01/07/2025	
----------	------------	--------	------------	--

Quadro N.º 1 - Utentes falecidos - informa o número de falecidos, quanto ao género, naturalidade, data de admissão e o tempo de permanência.

Verificamos que dos 22 utentes falecidos, 4 faleceram no próprio ano da admissão, tendo como período internamento na instituição 257 dias.

4.2. CENTRO DE DIA

O Centro de Dia é uma resposta social, desenvolvida em equipamento que funciona durante o dia, que consiste na prestação de um conjunto de serviços que vão desde necessidades básicas, ao apoio psicossocial, à animação sociocultural e a outras atividades que tem como intuito a fomentação das relações interpessoais ao nível dos idosos e destes com os outros grupos etários, no sentido de contrariar o isolamento, e que contribuem para a manutenção dos idosos no seu meio sociofamiliar.

Esta resposta social permite ao utente manter-se no seu meio familiar, visando a promoção da autonomia e a prevenção de situações de dependência ou do seu agravamento. Permite colmatar dificuldades com as quais se debatem no seu dia a dia, dos próprios ou dos seus familiares.

A intervenção do CD pretende assegurar a prestação de cuidados e serviços adequados à satisfação das necessidades e expectativas do utente; prevenir situações de dependência promovendo a autonomia; fomentar as relações pessoais; favorecer a permanência da pessoa idosa no seu meio habitual de vida; contribuir para retardar ou evitar ao máximo o internamento; promover estratégias de desenvolvimento da autoestima, da autonomia, da funcionalidade e da independência pessoal e social do utente.

Os serviços disponibilizados pelo CD incluem o serviço de refeição, o convívio e ocupação dos tempos livres, os cuidados de higiene, o tratamento de roupas e serviço de transporte adaptado. Os serviços prestados por esta resposta social permitem que a população idosa possa continuar a residir nas suas casas durante o maior tempo possível, retardando a institucionalização em lar.

Durante o ano de 2025, esta resposta social registou um número de utentes que variou entre 3 e 6.

4.3. SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Serviço de Apoio Domiciliário é uma resposta social para pessoas idosas ou pessoas que se encontram em situação de dependência, mas que apresentam condições para permanecer no seu meio familiar ou no domicílio.

Esta resposta consiste na prestação de cuidados e serviços individualizados e personalizados no domicílio das pessoas quando, por motivo de doença, deficiência, idade, ou outro impedimento, não possam assegurar temporária ou permanentemente a satisfação das suas necessidades básicas e/ou atividades da vida diária.

Esta resposta social promove uma melhor qualidade de vida, retardar a institucionalização do utente.

O SAD presta serviços e desenvolve atividades procurando, essencialmente: Contribuir para a melhoria da qualidade de vida das pessoas e famílias, contribuir para a conciliação da vida familiar e profissional do agregado familiar, retardar ou evitar o recurso a ERPI, prestar cuidados e serviços adequados às necessidades do utente, facilitar o acesso a serviços na comunidade, reforçar as competências e a capacidade das famílias e de outros cuidadores.

O SAD funciona num horário compreendido entre as 8h e as 20h todos os dias da semana. A planificação do horário é adaptada de acordo às necessidades do serviço.

A deslocação dos colaboradores ao domicílio dos utentes é feita em viatura adaptada para o serviço, sendo o transporte uma sequência que visa poupar esforços e tempo, sem prejuízo no atendimento prioritário dos casos urgentes. O SAD abrange apenas a freguesia de Portel.

RESUMO ERPI | CD |SERVIÇO DE APOIO DOMICILIÁRIO

Este relatório reflete uma descrição das ações e atividades desenvolvidas, ao longo do ano de 2025 da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

Este ano como os anteriores tivemos como base orientadora das nossas atividades, dos nossos serviços, a humanização e a prestação de um serviço de excelência.

Tudo isto só foi concebido com trabalho em equipa, de todos os setores presentes no terreno, desenvolvido entre técnicos, encarregada geral, enfermagem, médico, 26 funcionárias de internato, 5 funcionárias de copa e refeitório, 6 funcionárias de cozinha, 3 funcionárias de limpeza, 6 da lavandaria e gabinete de apoio à medicação, os serviços administrativos realizaram todo o atendimento e agilização da agenda de visitas.

Durante o ano de 2025, a SCM de Portel continuou atenta à qualidade dos serviços prestados aos utentes das respostas sociais, ERPI e SAD, proporcionando aos funcionários ações de formação que valorizem e melhorem o seu desempenho. Foi apresentada pela empresa Prime uma candidatura de formação ao IEFP - cheque-formação. Estava previsto o início da mesma em março de 2026.

Considerando que o trabalho é assegurado por uma equipa multidisciplinar, importa referir que, durante o ano de 2025, a valência de fisioterapia não esteve disponível na instituição, uma vez que não foi possível contar com a presença de fisioterapeuta ao longo desse período.

A Santa Casa abriu processo de recrutamento para técnico de fisioterapia, publicitando o mesmo nas redes sociais, mas não existiram candidatos ao recrutamento.

Como a vaga não foi preenchida, a Instituição contratualizou uma técnica de outra área de intervenção, nomeadamente uma terapeuta ocupacional, integrando assim a terapia ocupacional em articulação com a psicomotricidade, com o objetivo de melhorar a qualidade de vida dos utentes.

Handwritten signatures and initials on the right margin.

A **Reabilitação Psicomotora** constitui uma área de intervenção que visa atenuar as alterações inerentes ao processo de envelhecimento, assumindo-se como um método de reeducação das perturbações psicomotoras, cognitivas e emocionais, através da utilização de diversas técnicas de natureza psicocorporal.

Esta intervenção integra diversas metodologias, entre as quais se destacam técnicas de relaxação e de consciência corporal, terapias expressivas, atividades lúdicas, atividades de recreação terapêutica, atividade motora adaptada e exercícios de consciencialização motora.

A intervenção psicomotora dirigida à população idosa tem como principal objetivo a manutenção e/ou reabilitação dos fatores psicomotores, tais como a tonicidade, o equilíbrio, a lateralidade, a noção do corpo, a estruturação espaço-temporal, a praxia global e a praxia fina. Procura-se assim, promover a capacidade de adaptação às mudanças corporais e psicossociais associadas ao envelhecimento, bem como desenvolver estratégias que permitam lidar de forma mais eficaz com essas transformações.

Paralelamente, pretende-se valorizar as capacidades do indivíduo, realçando os seus pontos fortes, de modo a incentivá-lo a lidar de forma mais eficaz com limitações físicas e perdas funcionais, enquanto se estimulam hábitos de vida saudáveis.

Nesta fase da vida, algumas das áreas mais frequentemente afetadas incluem a marcha, a postura, o equilíbrio, a organização espaço-temporal, a coordenação motora, a motricidade fina e determinadas capacidades cognitivas, nomeadamente a atenção, o tempo de reação, a memória, o cálculo e a linguagem. A qualidade da intervenção nestes domínios assume um papel determinante na preservação da autonomia e na melhoria da qualidade de vida da pessoa idosa, sendo fundamental para retardar os declínios cognitivos, sensoriais e motores associados ao envelhecimento.

Por outro lado, a Reabilitação Psicomotora também intervém no sentido de atenuar a progressão de determinadas patologias, como a doença de Alzheimer e outras demências, a doença de Parkinson, o acidente vascular cerebral, a depressão e a ansiedade, entre outras.

Handwritten signatures and initials on the right margin.

compensar funções, através do uso de técnicas e procedimentos específicos e/ou da utilização de ajudas técnicas ou tecnologias de apoio.

A atuação do Terapeuta Ocupacional passa por: promover a autonomia nas Atividades de Vida Diária (AVD's), nomeadamente a alimentação, vestir/despir, higiene pessoal, entre outras; promover as competências cognitivas (memória, atenção, concentração, capacidade de resolução de problemas, entre outras); promover as competências motoras (força muscular, amplitude de movimento, coordenação global, equilíbrio, motricidade fina, destreza manual, entre outras); estimulação sensorial; adaptação do material e/ou ambiente; aconselhamento, conceção e treino de produtos de apoio; promover as competências sociais.

Neste sentido desenvolveram-se durante o ano transato diversas atividades de animação/ocupação, previstas no Plano Anual. À semelhança dos anos anteriores, foram realizadas para além de atividades diárias, atividades gerais relacionadas com as datas festivas. Podemos então afirmar que a maioria das atividades previstas/planeadas foram cumpridas. Foram ainda realizadas várias atividades que não estavam previstas, mas que foram sempre de encontro às necessidades e interesses dos nossos utentes. No geral as atividades de animação têm uma boa recetividade por parte dos utentes, sendo a sua participação elevada. Tudo isto é possível com o trabalho e dedicação de toda a equipa que trabalha para proporcionar aos utentes o máximo de conforto e bem-estar, para que todas as suas necessidades sejam satisfeitas, que a sua qualidade de vida seja a melhor possível apesar das suas situações de debilidade física e psicológica.

Planificação de atividades de equipa técnica semanal:

	Segunda	Terça	Quarta	Quinta	Sexta
Manhã (8.30h-13h)		Treino de AVD's	Treino de AVD's	Treino de AVD's	
	Orientação Espaço-Temporal	Orientação Espaço-Temporal	Orientação Espaço-Temporal	Orientação Espaço-Temporal	Orientação Espaço-Temporal

Outro objetivo relevante desta intervenção prende-se com a promoção da interação social, procurando aumentar a frequência e a qualidade das relações interpessoais. Em contexto de grupo, a socialização é incentivada como forma de favorecer a coesão grupal e o sentimento de pertença. Paralelamente, a Reabilitação Psicomotora contribui para o reforço da identidade pessoal, promovendo uma melhoria global do bem-estar, a diminuição da perceção de dor e uma maior valorização pessoal, ajudando o indivíduo a compreender e aceitar as suas capacidades e limitações e a reduzir as angústias frequentemente associadas ao processo de envelhecimento.

Deste modo, a Reabilitação Psicomotora contribui para que a pessoa idosa se mantenha ativa e autónoma nas atividades da vida diária, promovendo um envelhecimento mais saudável, digno e com melhor qualidade de vida.

As **atividades de animação** têm como objetivo estimular todas as capacidade de cada indivíduo, aumentando a sua autoestima e diminuindo a apatia, a desmotivação, a solidão e o isolamento social que afeta esta faixa etária, promovendo o bem-estar físico, emocional e social do utente. Neste âmbito procuramos desenvolver atividades em várias dimensões, no sentido de satisfazer as necessidades dos nossos utentes e de os enriquecer com novas experiências a nível social e cultural. (ex: jogos tradicionais, atividades musicais, teatro, passeios e saídas ao exterior, etc.).

A **Terapia Ocupacional** é uma área da saúde que atua na prevenção, avaliação e tratamento de condições de saúde (motora, cognitiva, emocional ou social), que comprometam ou coloquem em risco um desempenho ocupacional satisfatório e consequentemente, restrinjam a sua atividade e participação nas suas atividades do dia-a-dia.

O principal objetivo do Terapeuta Ocupacional prende-se com a promoção da funcionalidade, autonomia e independência, capacitando assim para a ocupação que os indivíduos considerem significativas, de forma a promover a saúde, bem-estar e qualidade de vida.

Na sua abordagem, avalia e intervém ao nível da pessoa, da ocupação e do ambiente. Pretende assim desenvolver competências, restaurar funções perdidas, prevenir disfunções e/ou

Handwritten notes and signatures on the right margin.

	Reabilitação Psicomotora	Artes Plásticas	Reabilitação Psicomotora OU Atelier de Culinária	Reabilitação Psicomotora	Hidroterapia OU Reabilitação Psicomotora
	Classe de Movimento	Classe de Movimento		Tratamentos individuais MS's	Terapia Ocupacional
		Tratamentos individuais MS's			
Almoço		Apoio na alimentação	Apoio na alimentação	Apoio na alimentação	Apoio na alimentação
Tarde (14h - 17h)	Treino de Marcha	Jogos Tradicionais	Terapia Multissensorial	Treino de Marcha	Jogos Tradicionais
	Reabilitação Psicomotora	Artes Plásticas	-Snoezelen OU	Avaliações / Planos Individuais	Artes Plásticas
	Artes Plásticas	Tratamentos individuais MS's	Passeio Coletivo		Atividades Ocupacionais
	Cuidar de Plantas	Cuidar de Plantas	Cuidar de Plantas	Cuidar de Plantas	Cuidar de Plantas

Atividades regulares realizadas em ERPI/CD

Atividades	Tipo	Quantidade	Frequência
Atelier de Cozinha	Grupo	2	2 x Mês
Classe Psicomotora (Ginástica)	Grupo	2	2 x semana
Caminhadas	Individual/Grupo	2	2 x semana
Treino Marcha individual	Individual	2	2 x semana
Expressão Plástica	Grupo	4	4 x semana
Jogos (atividades lúdicas)	Grupo	4	4 x semana
Intervenção em meio aquático	Grupo	2	2 x Mês
Snoezelen	Grupo	2	2 x Mês
Intervenção Psicomotora	Individual/Grupo	5	5 x semana
Intervenção Terapia Ocupacional	Individual/Grupo	4	4 x semana
Saída ao exterior	Grupo	1	1 x semana

Para além das áreas de Intervenção, são também realizadas semanalmente atividades, de entre as quais se podem salientar:

Terapias Expressivas:

As Terapias Expressivas, são uma abordagem multidisciplinar, multimodal e integrativa, sustentada numa aproximação vivencial de diferentes formas de linguagens expressivas, das quais se destacam as artísticas, tais como: as artes plásticas, o movimento, a dança, a música, o som, o drama, o teatro, a escrita, a poesia, as histórias, os contos, os mitos; as lúdicas, que incluem outros processos e métodos ativos e criativos como o jogo, os fantoches, as marionetas, os filmes; e as técnicas projetivas tais como as fotografias, as fotocópias, como veículos de expressão, nas suas vertentes pedagógicas e terapêuticas, promovendo assim a aprendizagem, contribuindo no bem-estar, crescimento e desenvolvimento pessoal dos utentes.

As Terapias Expressivas recorrem às diferentes formas de Arte como principal ferramenta de trabalho, para atingir determinados objetivos terapêuticos.

De entre as quais podemos destacar a Musicoterapia, técnica expressiva que usa como principal recurso a música e os seus elementos; a Dança-terapia, terapia expressiva que recorre à Dança e ao Movimento Expressivo como principal recurso, de forma a atingir determinados objetivos terapêuticos.

A Expressão plástica visa manter ou melhorar a motricidade manual, promover a criatividade, aumentar a autoestima, o que proporciona ao idoso a possibilidade de se exprimir através das artes plásticas e dos trabalhos manuais.

Nestas atividades os idosos têm a oportunidade de estimular a imaginação e a criatividade através da pintura, colagem, escultura, desenhos, recortes, etc., tendo como vantagens o desenvolvimento da motricidade fina, a precisão manual e a coordenação psicomotora (ex: costura, pintura, colagens, etc.).

Estimulação Cognitiva:

Handwritten signatures and initials in the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below it.

O envelhecimento está também associado a um aumento da percentagem de pessoas dependentes. Neste sentido, é importante que os idosos permaneçam ativos e independentes durante o máximo de tempo possível.

O envelhecimento traz também em geral um declínio no desempenho cognitivo. Este declínio pode ser resultado de vários fatores, alguns de natureza biológica e outros relacionados um ambiente envolvente que oferece poucos estímulos e atividades cognitivas desafiantes.

De acordo com esta perspetiva, as perdas cognitivas não se devem apenas ao avanço da idade, mas muitas vezes ao desuso de funções cognitivas.

Isto significa que uma atividade que é mantida de forma consistente vai-se manter ao longo do tempo, enquanto uma atividade que é deixada acaba por impactar o desempenho cognitivo.

As atividades de cariz cognitivo, tem como objetivo fomentar a retenção de acontecimentos, exercer atividade mental, desenvolver as capacidades cognitivas/funções executivas. Os exercícios mentais podem aumentar a atividade cerebral e retardar os efeitos da perda de memória (ex.: atividades de memória, cálculo, jogos de palavras, cantigas populares, atividades sensoriais, etc.).

Estimulação Sensorial / Snoezelen:

Quando a estimulação cognitiva deixa de ser possível as atividades devem ter como foco a estimulação sensorial. A estimulação sensorial visa a exploração dos cinco sentidos, mediante atividades adequadas à população idosa e podem ter como objetivo, o estímulo, o relaxamento ou conforto através do uso de diversos materiais.

Na estimulação sensorial são utilizados estímulos que fazem parte da experiências de vida dos utentes, de modo a promover uma maior ativação das suas reminiscências. A estimulação sensorial é uma técnica que é sobretudo desenvolvida de forma individual. Contudo, pode em algumas situações ser promovida para pequenos grupos.

A estimulação sensorial concretiza-se na promoção, ativação e estimulação dos cinco sentidos, na Santa Casa da Misericórdia de Portel, são desenvolvidas as seguintes atividades:

- Atividades sensoriais (ativação do toque pela experimentação de diferentes texturas; visão; estimulação do olfato; estimulação da audição; estimulação do paladar - ex. atividade reconhecimento de chás).
- Estimulação Multissensorial - Sala de Snoezelen / sessões de relaxamento /massagem.

Intervenção em Meio Aquático:

Facilita a reabilitação de pessoas com diferentes condições clínicas. A intervenção pode ser realizada individualmente, a pares ou em grupo, de acordo com as necessidades e preferências dos utentes.

No decorrer das sessões em meio aquático são utilizadas técnicas de relaxamento das quais podemos salientar, o método de Halliwick.

Saídas ao exterior:

São atividades que permitem aos nossos utentes contactar com um meio diferente, desenvolver os conhecimentos turístico-culturais, e proporcionar aos utentes a possibilidade de contactar com o espaço exterior.

Foram também realizadas ao longo do ano diversas atividades, fora da instituição, dentro da comunidade onde procuramos proporcionar novas experiências aos nossos utentes, tendo em conta, a promoção dos seus objetivos.

Para além das atividades acima mencionadas que são realizadas semanalmente na instituição, gostaríamos ainda de realçar que são desenvolvidas muitas outras atividades.

Atividades Gerais:

Comemoração Aniversários dos Utentes;

Celebração da Eucaristia mensal;

Ginástica semanal;

Leitura de Histórias e Contos;

MF

Handwritten signatures and initials on the right margin, including a large signature at the top and several smaller ones below.

Caminhadas/passeios pelos circuitos locais;

Atividades através de expressão corporal;

Visualização de filmes;

Músicas tradicionais;

Atelier de artes plásticas: escultura, pintura, colagens:

Atelier de culinária: confeção de bolos, e doces de acordo com a época festiva;

Atelier de Jardinagem: Horta dos sentidos;

Jogos de mesa: cartas, dominó, damas, jogo do Bingo, incluindo Bingo de Imagens; Momentos de leitura: jornais diários, livros, revistas, TV, noticiários/atualidade;

Prática de Minigolfe;

Saídas ao exterior (ex: Passeio Anual dedicado aos utentes - Oceanário de Lisboa).

Relatório elaborado pela Diretora Técnica Ana Raquel Paiva e os técnicos Pedro Rico (animador sociocultural), Joana Caeiro (psicomotricista) e Joana Pestana (terapeuta ocupacional)



Farmácia da
Misericórdia
Portel

5 -FARMÁCIA DA MISERICÓRDIA

O presente relatório tem por objetivo informar e conhecer o modo de funcionamento da atividade desenvolvida pela Farmácia da Misericórdia de Portel, tendo como objetivo central a qualidade de prestação de serviços e cuidados de saúde de modo a satisfazer as necessidades e expectativas dos seus clientes, dos profissionais de saúde e da comunidade em geral, de acordo com os princípios orientadores da Santa Casa da Misericórdia de Portel, as Boas Práticas de Farmácia, Código deontológico e a legislação aplicável ao sector farmacêutico.

Relatório individual apresentado em documento próprio.

6 -UCCI – UNIDADE DE CUIDADOS CONTINUADOS INTEGRADOS



1. CARACTERIZAÇÃO DA UNIDADE

A Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Portel, integrada na Santa Casa da Misericórdia de Portel, dispõe de duas tipologias de internamento: **Média Duração e Reabilitação**, com capacidade para 10 camas, e **Longa Duração e Manutenção**, com capacidade para 13 camas.

A instituição tem como missão assegurar uma prestação de cuidados humanizada e individualizada, assente numa intervenção interdisciplinar, promovendo o bem-estar e a qualidade de vida dos utentes. A UCCI de Portel pretende afirmar-se como uma unidade de referência no Alentejo, intervindo numa perspetiva integrada no processo de recuperação e/ou manutenção global do utente, prestando cuidados de saúde e apoio social adequados e em tempo útil.

A atuação da UCCI baseia-se nos seguintes princípios e valores:

- Prestação individualizada e humanizada de cuidados;
- Continuidade de cuidados entre os diferentes serviços, setores e níveis de diferenciação, através da articulação em rede;
- Proximidade na prestação dos cuidados, privilegiando serviços de base comunitária;
- Multidisciplinaridade e interdisciplinaridade;
- Avaliação integral das necessidades do utente e definição periódica de objetivos de funcionalidade e autonomia;
- Participação ativa do utente e da família na definição e execução do plano individual de cuidados;
- Envolvimento e co-responsabilização da família ou cuidadores;
- Eficiência e qualidade na prestação dos cuidados.

Destacam-se, ainda, os seguintes valores orientadores:

- **Humanização dos cuidados**, assegurando o respeito pela dignidade, privacidade e autonomia dos utentes;
- **Ética assistencial**, no respeito pelos princípios deontológicos das várias áreas profissionais;
- **Capacitação da família**, promovendo a sua participação ativa no processo de cuidados;
- **Rigor e transparência**, no relacionamento com todos os intervenientes;
- **Responsabilização**, incentivando o cumprimento rigoroso das normas e procedimentos;
- **Interdisciplinaridade**, enquanto pilar fundamental para a melhoria contínua da qualidade dos cuidados.

2. CARACTERIZAÇÃO DA EQUIPA

A Santa Casa da Misericórdia de Portel mantém uma aposta contínua na qualidade da prestação de serviços, não só ao nível das infraestruturas e equipamentos, mas também no que respeita aos recursos humanos afetos à Unidade de Cuidados Continuados Integrados.

No ano de 2025, a gestão de recursos humanos foi condicionada por **dificuldades no recrutamento de profissionais de saúde**, nomeadamente nas áreas da enfermagem e da fisioterapia, realidade transversal ao setor e particularmente acentuada em territórios de baixa densidade.

No que respeita à **enfermagem**, verificou-se a necessidade de recorrer, de forma regular, à contratação de profissionais em regime de **prestação de serviços**, como forma de assegurar a continuidade e qualidade dos cuidados prestados aos utentes.

Relativamente à área da **fisioterapia**, e face à dificuldade de recrutamento de fisioterapeutas, a instituição recorreu à colaboração de um **técnico de psicomotricidade**, garantindo, desta

forma, a continuidade da prestação de cuidados de reabilitação e o acompanhamento funcional dos utentes.

Apesar destes constrangimentos, a instituição assegurou o funcionamento regular da unidade, mantendo uma **equipa multidisciplinar** capaz de responder às necessidades dos utentes, ainda que com recurso a soluções de adaptação e reorganização interna.

A equipa integra profissionais das áreas da saúde e do apoio social, promovendo uma abordagem integrada e centrada na pessoa, com vista à recuperação, manutenção da funcionalidade e melhoria da qualidade de vida dos utentes.

O fluxo de entrada e saída de utentes, bem como os destinos de alta, refletem o trabalho desenvolvido pela equipa multidisciplinar ao nível da reabilitação e manutenção, evidenciando a sua capacidade de avaliação, intervenção e preparação para a alta.

Ao longo do ano de 2025, foram registadas **57 admissões** na UCCI. Na tipologia de **Unidade de Média Duração e Reabilitação (UMDR)**, foram admitidos **41 utentes**. Relativamente às altas, **7 utentes regressaram ao domicílio, 8 foram transferidos para outras tipologias da RNCCI, 10 foram transferidos por proximidade geográfica, 4 integrados em ERPI** e registaram-se **12 óbitos**.

No que respeita à tipologia de **Unidade de Longa Duração e Manutenção (ULDM)**, foram admitidos **16 utentes**. Quanto aos destinos de alta, **3 utentes regressaram ao domicílio, 5 foram transferidos por proximidade geográfica, 1 utente foi integrado em ERPI, 1 em Centro de Dia**, tendo-se verificado **6 óbitos** nesta tipologia.

Destino Alta Unidade de Média Duração e Reabilitação

Destino da alta	Jan	Fev	Mar	1º Trim.	Abr	Mai	Jun	2º Trim.	Jul	Ago	Set	3º Trim.	Out	Nov	Dez	4º Trim.
Domicílio	1	1	1	3					2	1		3			1	1
Transferência por proximidade	2	1	1	4	1	1		2			2	2	2			2
Fim de período de cativeiro/hospital de agudos																
Transferência por alteração de tipologia					2	3	3	5	1	1	1	2			1	1
ERPI	1		1	2									1		1	2
Óbito	1		2	3	2	1	1	3	1	3	1	5	1	1		2
Nº total de utentes em que se registou alta	5	2	5	12	5	4	4	10	3	5	4	12	4	1	3	8

Taxa Ocupação Unidade de Média Duração e Reabilitação

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa de ocupação	90%	96,4%	91,9%	94,7%	97,1%	91,3%	93,2%	87,4%	94,7%	93,9%	97,7%	95,2%
Dias possíveis	310	280	310	300	310	300	310	310	300	310	300	310
Dias efetivos	274	259	268	276	290	272	283	245	278	273	291	295

Handwritten signatures and initials:
 [Signature]
 [Signature]
 [Signature]

Destino Alta Unidade de Longa Duração e Manutenção

Destino da alta	Jan	Fev	Mar	1º Trim.	Abr	Mai	Jun	2º Trim.	Jul	Ago	Set	3º Trim.	Out	Nov	Dez	4º Trim.
Domicílio									1		2	3				
Transferência por proximidade	1	1		2	2		1	3								
Fim de período de cativação/hospital de agudos																
Transferência por alteração de tipologia																
ERPI	1			1												
Centro de Dia													1			1
Óbito			1	1	1	1	1	3	1	1		2				
Nº total de utentes em que se registou alta	2	1	1	4	3	1	2	6	2	1	2	5	1	0	0	1

Taxa Ocupação Unidade de Longa Duração e Manutenção

	Jan	Fev	Mar	Abr	Mai	Jun	Jul	Ago	Set	Out	Nov	Dez
Taxa de ocupação	96,8%	97,5%	98,3%	93,1%	99,8%	96,2%	97,3%	98,3%	97,9%	92,3%	99,2%	100%
Dias possíveis	403	364	403	390	403	390	403	403	390	403	390	403
Dias efetivos	389	354	384	360	398	375	392	396	382	393	387	401

[Handwritten signatures and initials]

Conclusão

Em síntese, a Unidade de Cuidados Continuados Integrados de Portel manteve, ao longo do ano de 2025, a sua atividade assente nos princípios de qualidade, humanização e continuidade de cuidados, assegurando uma resposta adequada às necessidades dos utentes.

Apesar dos constrangimentos verificados ao nível do recrutamento de profissionais de saúde, nomeadamente nas áreas da enfermagem e da fisioterapia e ainda na sua Direção Técnica, a instituição conseguiu garantir o funcionamento regular da unidade, recorrendo a soluções de adaptação que permitiram assegurar a continuidade e qualidade dos cuidados prestados.

Os dados relativos ao fluxo de utentes evidenciam a capacidade da equipa multidisciplinar para intervir de forma eficaz nos processos de reabilitação e manutenção, promovendo, sempre que possível, o regresso ao domicílio ou o encaminhamento adequado para outras respostas da rede.

Globalmente, a atividade desenvolvida reflete o empenho da equipa e o compromisso da instituição em prestar cuidados integrados, centrados na pessoa, contribuindo para a melhoria da qualidade de vida dos utentes e para a resposta às necessidades da comunidade.

No dia 5 de janeiro de 2026, em reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Portel, foi deliberada a denúncia do contrato celebrado com a Rede Nacional de Cuidados Continuados Integrados, no âmbito da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) de Portel.

A referida deliberação fundamenta-se na verificação da impossibilidade superveniente de cumprimento das obrigações contratuais assumidas, decorrente de constrangimentos estruturais ao nível da captação, fixação e estabilidade de recursos humanos qualificados, indispensáveis à prossecução da atividade e à garantia dos níveis de qualidade e segurança exigidos.

Na sequência desta decisão, encontra-se em análise pela Mesa Administrativa a reafecção funcional do equipamento, atualmente afeto à UCCI, prevendo-se a sua reconversão para uma nova resposta social, designadamente um Lar Residencial, em função das necessidades identificadas e da sustentabilidade técnico-financeira da Instituição.



Santa Casa da Misericórdia de Portel

7 MAPAS DE DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

7.1. BALANÇO

Balanço em 31.12.2025

RUBRICAS	Notas	Data	
		31.12.2025	31.12.2024
ACTIVO			
Activo não corrente			
Activos fixos tangíveis	5+7	2 029 881,60	2 063 681,32
Activos intangíveis	6+7		
Investimentos financeiros	11	14 177,49	14 177,49
		2 044 059,09	2 077 858,81
Activo corrente			
Inventários	8	146 655,50	137 034,43
Créditos a receber	9	197 709,77	158 355,68
Adiantamentos a fornecedores			
Estado e outros entes públicos	10	11 605,86	11 002,86
Diferimentos	12	10 956,78	9 421,08
Outros ativos correntes	13	127 675,32	96 080,53
Caixa e depósitos bancários	4	546 951,10	717 551,34
		1 041 554,33	1 129 445,92
Total do Activo		3 085 613,42	3 207 304,73
FUNDOS PATRIMONIAIS E PASSIVO			
FUNDOS PATRIMONIAIS			
Fundos	14	1 344 097,96	1 344 097,96
Resultados transitados	14	572 584,04	646 976,38
Ajustamentos/Outras variações nos fundos patrimoniais	15	329 909,05	349 612,10
Resultado líquido do período		-49 758,98	-74 392,34
Total dos Fundos Patrimoniais		2 196 832,07	2 266 294,10
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Financiamentos obtidos	17	209 678,26	266 666,67
		209 678,26	266 666,67
Passivo corrente			
Fornecedores	16	157 622,29	148 523,63
Estado e outros entes públicos	10	59 538,34	62 207,68
Financiamentos obtidos	17	60 626,44	63 534,52
Diferimentos	12	13 188,27	9 627,52
Outros passivos correntes	18	388 127,75	390 450,61
		679 103,09	674 343,96
Total do Passivo		888 781,35	941 010,63
Total dos Fundos patrimoniais e do Passivo		3 085 613,42	3 207 304,73

7.2. DEMONSTRAÇÃO DOS RESULTADOS POR NATUREZAS

Demonstração dos resultados por naturezas do período findo em 31.12.2025

RENDIMENTOS E GASTOS	NOTAS	Períodos	
		2025	2024
Vendas e serviços prestados	19	3 628 574,96	3 389 628,67
Subsídios , doações e legados à exploração	20	71 519,48	82 690,35
Custo das mercadorias vendidas e Consumidas	8	-1 118 188,83	-1 055 157,94
Fornecimentos e serviços externos	21	-578 598,66	-534 025,51
Gastos com pessoal	22	-1 965 926,03	-1 890 719,97
Imparidades de dívidas a receber (perdas/reversões)	10	-4 105,37	-1 002,00
Aumentos/Reduções de justo valor		467,91	41,88
Outros rendimentos	23	60 374,01	70 335,67
Outros gastos	24	-37 998,45	-31 985,26
Resultado antes de depreciações, gastos de financiamento e impostos		56 119,02	29 805,89
Gastos/reversões de depreciação e de amortização	5	-94 996,69	-92 958,34
Resultado operacional (antes de gastos de financiamento e impostos)		-38 877,67	-63 152,45
Juros e gastos similares suportados	25	-10 881,31	-11 239,89
Resultado antes de impostos		-49 758,98	-74 392,34
Imposto sobre rendimento do período			
Resultado liquido do período		-49 758,98	-74 392,34
Ganhos		3 760 936,36	3 542 696,57
Gastos		-3 810 695,34	-3 617 088,91
RL		-49 758,98	-74 392,34

7.3. DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS CAIXA

Demonstração de Fluxos Caixa do período findo em 31.12.2025

RUBRICAS	2025	2024
Fluxos de caixa de actividades operacionais		
Recebimentos de clientes e utentes	3 598 911,07	3 404 091,24
Pagamentos a fornecedores	-1 708 128,37	-1 556 112,18
Pagamentos ao pessoal	-1 966 773,28	-1 882 752,04
Caixa geradas pelas operações	-75 990,58	-34 772,98
Outros recebimentos/pagamentos	-26 461,03	148 283,02
Fluxos das actividades operacionais (1)	-102 451,61	113 510,04
Fluxos de caixa das actividades de investimento		
Pagamentos respeitantes a:		
Activos fixos tangíveis	-61 196,97	-28 035,11
Recebimentos provenientes de:		
Activos Fixos Tangíveis		
Outros Activos	22 481,00	21 222,01
Juros e rendimentos similares	82,99	88,47
Fluxos das actividades de investimento (2)	-38 632,98	-6 724,63
Fluxos de caixa das actividades de financiamento		
Recebimentos provenientes de		
Financiamentos Obtidos		215 022,99
Doações - Donativos	41 262,15	
Pagamentos respeitantes a:		
Empréstimos Obtidos	-59 896,49	
Juros suportados	-10 881,31	-11 239,89
Fluxos de actividades de financiamento (3)	-29 515,65	203 783,10
Varição de caixa e seus equivalentes (1 + 2 + 3)	-170 600,24	310 568,51
Caixa e seus equivalentes no início do período	717 551,34	406 982,83
Caixa e seus equivalentes no fim do período	546 951,10	717 551,34

Handwritten signatures and initials on the right margin.

7.4. DEMONSTRAÇÃO DAS ALTERAÇÕES NOS FUNDOS PATRIMONIAIS NO PERÍODO DE 2025

DESCRIÇÃO	NOTAS	Fundos Patrimoniais atribuídos aos instituidores da entidade mãe					Total dos Fundos Patrimoniais	
		Fundos	Resultados transitados	Outras variações nos Fundos Patrimoniais	Resultado líquido do período	Total		
POSIÇÃO NO INÍCIO DO PERÍODO 2025	6	14	1 344 097,96	646 976,38	349 612,10	-74 392,34	2 266 294,10	2 266 294,10
ALTERAÇÕES NO PERÍODO								
Outras alterações reconhecidas nos Fundos Patrimoniais		14		-74 392,34	-19 703,05	74 392,34	-19 703,05	-19 703,05
	7			-74 392,34	-19 703,05	74 392,34	-19 703,05	-19 703,05
RESULTADO LÍQUIDO DO PERÍODO	8					-49 758,98	-49 758,98	-49 758,98
RESULTADO INTEGRAL	9=7+8					24 633,36	-69 462,03	-69 462,03
OPERAÇÕES COM INSTITUIDORES NO PERÍODO								
	10							
POSIÇÃO NO FIM DO PERÍODO 2025	6+7+8+10		1 344 097,96	572 584,04	329 909,05	-49 758,98	2 196 832,07	2 196 832,07

A MESA ADMINISTRATIVA



Maria Luísa Leonço Farinha

-Provedora-



- Maria José Carriço Castilho -

-Vice-Provedora-



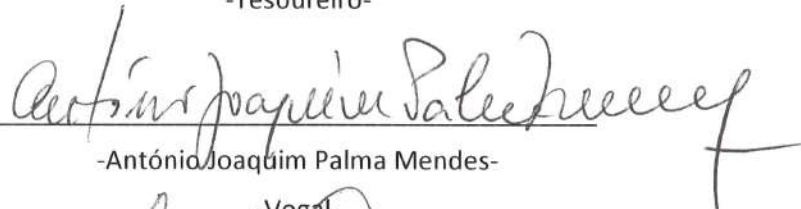
- Jorge Manuel Nascimento Rodrigues -

-Secretário-



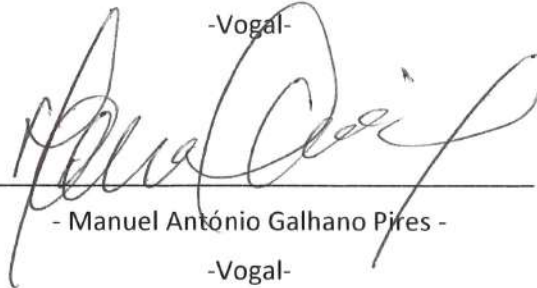
-Nélia Maria Bacalhau Lacão-

-Tesoureiro-



-António Joaquim Palma Mendes-

-Vogal-



- Manuel António Galhano Pires -

-Vogal-

- Paula Maria Travanca Figueira-

-Vogal-

Handwritten signatures and initials in the top right corner.

8. ANEXO 2025



1 - IDENTIFICAÇÃO

A Santa Casa da Misericórdia de Portel (SCMP) é uma Instituição Particular de Solidariedade Social (IPSS), fundada em 1498, com sede na Praça da República n.º 1, em Portel. Desenvolve a sua atividade principal na área social, nomeadamente através da Estrutura Residencial para Pessoas Idosas (ERPI), do Centro de Dia(CD), do Serviço de Apoio Domiciliário (SAD) e da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI).

A instituição tem como código de atividade económica (CAE) principal o **87301 “Atividades de apoio social para pessoas idosas, com alojamento”**, possuindo ainda como CAE secundários os **47730 – “Comércio a retalho de produtos farmacêuticos, em estabelecimentos especializados”** e **87100 – “Atividades dos estabelecimentos de cuidados continuados integrados, com alojamento”**.

As demonstrações financeiras anexas são apresentadas em euros, por ser esta a moeda funcional utilizada no ambiente económico em que a SCMP desenvolve a sua atividade.

As referidas demonstrações financeiras foram aprovadas pela Mesa Administrativa em **6 de abril de 2026**, sendo entendimento deste órgão que as mesmas refletem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho e os fluxos de caixa da instituição. Nos termos do Compromisso da SCMP, as demonstrações financeiras encontram-se ainda sujeitas a aprovação pela Assembleia Geral.

2 - REFERENCIAL CONTABILÍSTICO DE PREPARAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

2.1. Indicação do referencial contabilístico

As demonstrações financeiras anexas estão em conformidade com todas as normas que integram o Sistema de Normalização Contabilística para as Entidades do Sector não Lucrativo (SNC-ESNL).

Na preparação das demonstrações financeiras tomaram-se como base os seguintes pressupostos:

- Pressuposto da continuidade

As demonstrações financeiras foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações e a partir dos registos contabilísticos da entidade, os quais são mantidos de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

- Regime da periodização económica (acrécimo)

A entidade reconhece os rendimentos e gastos à medida que são gerados, independentemente do momento do seu recebimento ou pagamento.

- Materialidade e Agregação

As linhas de itens que não sejam materialmente relevantes são agregadas a outros itens das demonstrações financeiras.

- Compensação

Aos ativos e os passivos, os rendimentos e os gastos foram relatados separadamente nos respetivos itens de balanço e da demonstração de resultados, pelo que nenhum ativo foi compensado por qualquer passivo nem nenhum gasto por qualquer rendimento, ambos e vice-versa.

- Comparabilidade

A informação comparativa é divulgada, nas Demonstrações Financeiras, com respeito ao período anterior. Respeitando ao Princípio da Continuidade da Entidade, as políticas contabilísticas são levadas a efeito de maneira consistente em toda a Entidade e ao longo do

tempo e de maneira consistente. Procedendo-se a alterações das políticas contabilísticas, as quantias comparativas afetadas pela reclassificação são divulgadas, tendo em conta:

- a) A natureza da reclassificação;
- b) A quantia de cada item ou classe de itens que tenha sido reclassificada; e
- c) Razão para a reclassificação.

2.2. Indicação e justificação das disposições do SNC-ESNL que, em casos excepcionais, tenham sido derogadas e dos respetivos efeitos nas demonstrações financeiras, tendo em vista a necessidade de estas darem uma imagem verdadeira e apropriada do ativo, do passivo e dos resultados da entidade.

No presente exercício não foram derogadas quaisquer disposições do SNC e normas que integram a normalização contabilística para as entidades do sector não lucrativo (SNC-ESNL).

2.3. Indicação e comentário das contas do balanço e da demonstração dos resultados cujos conteúdos não sejam comparáveis com os do período anterior.

Os valores constantes das demonstrações financeiras do período findo em 31 de dezembro de 2025, são comparáveis em todos os aspetos significativos com os valores do período de 2024.

3 - PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS, ALTERAÇÕES NAS ESTIMATIVAS E ERROS

3.1. - Principais políticas contabilísticas:

a) Bases de mensuração usadas na preparação das demonstrações financeiras:

As Demonstrações Financeiras anexas foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Santa Casa da Misericórdia de Portel,

mantidos de acordo com NCRF para as Entidades do Setor não Lucrativo em vigor à data da elaboração das demonstrações financeiras.

ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Os ativos fixos tangíveis são inicialmente registados ao custo de aquisição ou produção, o que compreende (i) o seu preço de compra, (ii) quaisquer custos diretamente atribuíveis para colocar o ativo na localização e condição necessárias para o mesmo ser capaz de funcionar da forma pretendida; e (iii) sempre que aplicável, a estimativa inicial dos custos de desmantelamento e remoção do item e de restauração do local no qual este está localizado.

Após o reconhecimento inicial, os ativos fixos tangíveis continuam a ser registados pelo custo menos qualquer depreciação acumulada e perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações são calculadas, após a data em que os bens estejam disponíveis para serem utilizados, pelo método da linha reta em conformidade com o período de vida útil estimado para cada grupo de bens. A quantia depreciável dos ativos é determinada após dedução do seu valor residual, sempre que este não é considerado imaterial.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos períodos de vida útil estimados. Existindo algum indício de que se verificou uma alteração significativa da vida útil ou da quantia residual de um ativo, é revista a depreciação desse ativo de forma prospetiva para refletir as novas expectativas.

Os dispêndios com reparação que não aumentem a vida útil dos ativos nem resultem em melhorias significativas nos elementos dos ativos fixos tangíveis são registadas como gasto do período em que incorridos. Os dispêndios com inspeção e conservação dos ativos são registados como gasto.

Os ativos fixos tangíveis em curso referem-se a ativos em fase de construção, encontrando-se registados ao custo de aquisição deduzido de eventuais perdas de imparidade. Estes ativos são depreciados a partir do momento em que estão disponíveis para uso e nas condições necessárias para operar de acordo com o pretendido pelo órgão de gestão."

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate do ativo fixo tangível são determinadas como a diferença entre o preço de venda e o valor líquido contabilístico na data de alienação ou abate, sendo registadas na demonstração dos resultados nas rubricas "Outros rendimentos e ganhos" ou "Outros gastos e perdas".

Os ativos fixos tangíveis são depreciados anualmente durante as vidas úteis estimadas, nomeadamente:

Descrição	Vida útil estimada
Terrenos e recursos naturais	-
Edifícios e outras construções	20 anos
Equipamento básico	6 anos
Equipamento de transporte	4 anos
Equipamento administrativo	5-6 anos
Outros ativos fixos tangíveis	5-6 anos

Os imóveis cujos fins são a obtenção de rendas são tratados de acordo com o ponto 7 da NCRF-ESNL: Ativos fixos Tangíveis.

INVENTÁRIOS

Os Inventários são valorizados ao menor entre o seu custo histórico e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui todos os custos de compra, custos de conversão e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição atual. O valor realizável líquido é o preço de venda estimado no decurso normal da atividade deduzido dos respetivos custos de venda.

Quando o valor realizável líquido foi mais baixo que o valor de custo, bem como o valor dos materiais potencialmente obsoletos, estes encontram-se registados na rubrica perdas de imparidade de inventários (perdas/ reversões).

O método de custeio adotado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio.

INSTRUMENTOS FINANCEIROS

O tratamento contabilístico dos instrumentos financeiros e respetivos requisitos de apresentação e divulgação é realizado de acordo com o ponto 17 da NCRF-ESNL.

Os ativos e os passivos financeiros são mensurados (i) ao custo menos perda por imparidade ou (ii) ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados.

Ao custo menos perda por imparidade – Os ativos e passivos financeiros ao custo menos perda por imparidade incluem: clientes, outras contas a receber, fornecedores, outras contas a pagar e empréstimos obtidos.

Ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados – Todos os ativos e passivos financeiros não mensurados pelo custo menos perda por imparidade são mensurados ao justo valor com as alterações reconhecidas na demonstração dos resultados, na rubrica aumentos / reduções de justo valor.

Imparidade de ativos financeiros e sua reversão – Os ativos financeiros mensurados pelo custo menos perda por imparidade são sujeitos a testes de imparidade em cada data de relato.

Se o montante da perda por imparidade diminui e se tal diminuição estiver objetivamente relacionada com um acontecimento que deu lugar ao reconhecimento da perda, esta deve ser revertida até ao limite do montante que estaria reconhecido caso a perda não tivesse sido inicialmente registada.

As perdas por imparidade e sua reversão são registadas em resultados na rubrica Imparidade de dívidas a receber (perdas / reversões) ou de outras imparidades (perdas / reversões) no período em que são determinadas.

Desreconhecimento de ativos e passivos financeiros – São desreconhecidos ativos financeiros apenas quando os direitos contratuais aos seus fluxos de caixa expiram ou quando transfere para outra entidade os ativos financeiros e todos os riscos e benefícios significativos associados à posse dos mesmos. São desreconhecidos os ativos financeiros transferidos relativamente aos quais são retidos alguns riscos e benefícios significativos, desde que o controlo sobre os mesmos tenha sido cedido. Os passivos financeiros são desreconhecidos apenas quando a correspondente obrigação seja liquidada, cancelada ou expire.

IMPARIDADE DE ATIVOS

À data de cada relato, e sempre que seja identificado um evento ou alteração nas circunstâncias que indiquem que o montante pelo qual o ativo se encontra registado possa não ser recuperável, é efetuada uma avaliação de imparidade dos ativos. Sempre que o montante pelo qual o ativo se encontra registado é superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade, registada em resultados.

A quantia recuperável é a mais alta entre o preço de venda líquido e o valor de uso. O preço de venda líquido é o montante que se obteria com a alienação do ativo, numa transação entre entidades independentes e conhecedoras, deduzido dos custos diretamente atribuíveis à alienação. O valor de uso é o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados que são esperados que surjam do uso continuado do ativo e da sua alienação no final da sua vida útil. A quantia recuperável é estimada para cada ativo, individualmente ou, no caso de não ser possível, para a unidade geradora de fluxos de caixa à qual o ativo pertence. A reversão de perdas por imparidade reconhecidas em exercícios anteriores é registada quando se conclui que as perdas por imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão das perdas por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados sendo efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortização ou depreciação) caso a perda por imparidade não se tivesse registado em exercícios anteriores.

OUTRAS CONTAS A RECEBER

As contas a receber são mensuradas ao custo menos perda de imparidade. As perdas por imparidade verificadas são reconhecidas nos resultados.

O ajustamento para imparidade das contas a receber é estabelecido quando há evidência objetiva de que não será recebida parte ou a totalidade dos montantes em dívida, nos termos acordados. Dificuldades financeiras significativas por parte do devedor, probabilidade de o devedor se tornar insolvente ou a falha sucessiva de pagamentos por parte do devedor, são considerados indicadores de que a conta a receber está numa situação de imparidade.

CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

Caixa compreende o dinheiro em caixa e em depósitos à ordem. Equivalentes de caixa consistem em investimentos a curto prazo (não superior a três meses), altamente líquidos que sejam prontamente convertíveis para quantias conhecidas de dinheiro e que estejam sujeitos a um risco insignificante de alterações de valor.”

PROVISÕES

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, a entidade tenha uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado.

A quantia reconhecida das provisões corresponde ao valor presente da melhor estimativa, na data de relato, dos recursos necessários para liquidar a obrigação, considerando os riscos e incertezas associados à obrigação. O montante das provisões é revisto na data de cada demonstração da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data.

As obrigações presentes de qualquer contrato oneroso em que a SCM Portel é parte integrante das disposições de um contrato ou acordo, cujo cumprimento tem associados custos que excedem os benefícios económicos derivados do mesmo, são registados como provisões.

RECONHECIMENTO DE GASTOS E PERDAS E DE RENDIMENTOS E GANHOS

Os gastos e rendimentos são reconhecidos no período a que dizem respeito, de acordo com o princípio da especialização de exercícios, independentemente da data/momento em que as transações são faturadas. São estimados os gastos e rendimentos cujo valor real não seja conhecido.

VENDAS DE BENS

O rédito proveniente da venda de bens apenas é reconhecido quando (i) são transferidos para o comprador os riscos e vantagens significativos da propriedade dos bens, (ii) não seja mantido um envolvimento continuado de gestão com grau geralmente associado com a posse ou o controlo efetivo dos bens vendidos, (iii) a quantia do rédito pode ser fiavelmente mensurada, (iv) seja provável que os benefícios económicos associados com as transações fluam para a Misericórdia e (v) os custos incorridos ou a serem incorridos referentes à transação possam ser fiavelmente mensurados.

As vendas são reconhecidas líquidas de impostos, descontos e outros custos inerentes à sua concretização, pelo justo valor do montante recebido ou a receber. As restantes receitas e despesas são registadas de acordo com o pressuposto do acréscimo pelo que são reconhecidas à medida que são geradas independentemente do momento em que são recebidas ou pagas. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de diferimentos ou outras contas a pagar ou a receber.

PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS

O rédito associado com uma transação que envolva prestação de serviços é reconhecido quando o desfecho dessa transação possa ser fiavelmente estimado, isto é, quando: (i) a quantia de rédito seja fiavelmente mensurada; (ii) seja provável que benefícios económicos associados com a transação fluam para a Misericórdia; (iii) a fase de acabamento da transação à data do balanço seja fiavelmente mensurada; e (iv) os custos incorridos com a transação e os custos para concluir a transação sejam fiavelmente mensurados.

O rédito proveniente das quotizações é considerado como prestação de serviços.

SUBSÍDIOS E OUTROS APOIOS DAS ENTIDADES PÚBLICAS

Os subsídios do Governo são reconhecidos apenas quando existe segurança razoável de que serão recebidos e que a Entidade cumprirá as condições inerentes aos mesmos.

Os subsídios do Governo não reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são inicialmente reconhecidos nos fundos patrimoniais e subsequentemente imputados numa base sistemática como rendimentos durante os períodos necessários para balanceá-los com os custos relacionados que se pretende que eles compensem.

Os subsídios do Governo reembolsáveis relacionados com ativos não correntes são contabilizados como passivos.

Os subsídios do Governo relacionados com rendimentos, são reconhecidos como rendimentos na demonstração dos resultados pelo período necessário para os balancear com os gastos que se destinem a compensar.

Subsídios do Governo que têm por finalidade compensar perdas já incorridas ou que não têm custos futuros associados são reconhecidos como rendimentos do período em que se tornam recebíveis.

Quando o subsídio consiste na transferência de um ativo não monetário (por exemplo terrenos ou outros recursos para uso da entidade), procede-se à avaliação do ativo não monetário e contabiliza-se quer o subsídio quer o ativo não monetário por esse justo valor. Caso este não possa ser determinado com fiabilidade, tanto o ativo como o subsídio são registados por uma quantia nominal.

CUSTOS DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Os encargos financeiros relacionados com empréstimos obtidos são reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios. Os custos de empréstimos obtidos que sejam diretamente atribuíveis à aquisição, construção ou produção de um ativo que se qualifica como parte do custo desse ativo são também reconhecidos como um gasto do período em que sejam incorridos.

PASSIVOS E ATIVOS CONTINGENTES

Os ativos contingentes são possíveis ativos provenientes de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade. Os ativos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade mas são objeto de divulgação quando é provável um influxo de contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

Os passivos contingentes são definidos como: (i) obrigações possíveis que surjam de acontecimentos passados e cuja existência somente será confirmada pela ocorrência, ou não, de um ou mais acontecimentos futuros incertos não totalmente sob o controlo da entidade; ou (ii) obrigações presentes que surjam de acontecimentos passados mas que não são reconhecidas porque não é provável que um fluxo de recursos que afete benefício económicos seja necessário para liquidar a obrigação ou a quantia da obrigação não pode ser mensurada com suficiente fiabilidade. Os passivos contingentes não são reconhecidos nas demonstrações financeiras da entidade, sendo os mesmos objeto de divulgação, a menos que seja remota a possibilidade de um exfluxo de recursos que incorporem contributos para o desenvolvimento das atividades presentes e futuras da entidade.

JUÍZOS DE VALOR, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CRÍTICOS

Na preparação das demonstrações financeiras foram adotados certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções realizadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

ACONTECIMENTOS SUBSEQUENTES

Os acontecimentos após a data do balanço que proporcionem informação adicional sobre condições que existiam à data do balanço, ou seja acontecimentos após a data do balanço que dão origem a ajustamentos, são refletidos nas demonstrações financeiras. Os eventos após a data do balanço que proporcionem informação sobre condições que ocorram após a data do balanço, ou sejam acontecimentos após a data do balanço que não dão origem a ajustamentos, são divulgados nas demonstrações financeiras, se forem considerados materialmente relevantes.

b) Outras políticas contabilísticas

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF- ESNL.

c) Principais pressupostos relativos ao futuro

Com base na informação disponível e expectativas futuras, a SCMP continuará a operar no futuro previsível, assumindo não haver a intenção nem a necessidade de liquidar ou de reduzir consideravelmente o nível das suas operações.

d) Principais fontes de incerteza das estimativas

Não existem situações que afetem ou coloquem algum grau de incerteza materialmente relevante nas estimativas previstas nas demonstrações financeiras apresentadas.

3.2. Alterações nas políticas contabilísticas: indicação da natureza e efeitos da alteração na política contabilística e, no caso de aplicação voluntária, das razões pelas quais a aplicação da nova política contabilística proporciona informação fiável e mais relevante.

As políticas contabilísticas apresentadas foram aplicadas de forma consistente com o previsto na NCRF-ESNL.

Não foram necessários juízos de valor para a aplicação de políticas contabilísticas.

Não existiram alterações às políticas contabilísticas aplicadas no ano.

3.3. Alterações nas estimativas contabilísticas: indicação do efeito no período corrente e em períodos futuros.

Na preparação das demonstrações financeiras anexas foram efetuados juízos de valor, estimativas, e utilizados diversos pressupostos, que foram efetuados com base no melhor conhecimento que se tinha à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso, assim como na experiência de eventos passados e/ou correntes.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

3.4. Correção de erros de períodos anteriores

Na preparação das demonstrações financeiras, a entidade adotou certos pressupostos e estimativas que afetam os ativos e passivos, rendimentos e gastos relatados. Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo órgão de gestão foram efetuadas com base no seu

melhor conhecimento existente, à data de aprovação das demonstrações financeiras, dos eventos e transações em curso.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras incluem: vidas úteis dos ativos fixos tangíveis e intangíveis; análises de imparidade, nomeadamente de contas a receber e subsídios à exploração.

As estimativas foram determinadas com base na melhor informação disponível à data da preparação das demonstrações financeiras e com base no melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e/ou correntes. No entanto, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nessas estimativas.

As alterações a essas estimativas, que ocorram posteriormente à data das demonstrações financeiras, serão corrigidas na demonstração de resultados de forma prospetiva.

4 – CAIXA E SEUS EQUIVALENTES

A caixa e seus equivalentes são assim decompostos:

Caixa e seus equivalentes	2025	2024	Variação 2025/2024	
			Valor	%
Caixa	416,77	2 550,63	-2 133,86	-83,66%
Depósitos à ordem	546 534,33	715 000,71	-168 466,38	-23,56%
Total	546 951,10	717 551,34	-170 600,24	-23,78%

Os valores em caixa são o somatório dos caixas existentes na SCMP. Existem duas caixas na secretaria da instituição uma denominada Caixa Sede (saldo 234,37 €) e outra denominada Caixa Utentes Guarda (saldo 148,28 €) para recebimentos e pagamentos aos utentes da instituição. Existe ainda uma caixa na Farmácia (saldo fixo de 30,00 €) e uma caixa na UCCI (saldo 2,12 €) para regularização de pequenos valores a fornecedores ou pagamentos de serviços. Há ainda a conta Caixa Vales Correio onde se faz a gestão dos vales correio recebidos na entidade em nome dos utentes de ERPI e que apresenta uma saldo nulo em 31-12-2025.

Depósitos à Ordem

A Santa Casa da Misericórdia de Portel tem 6 contas bancárias à ordem, ativas.

Na Caixa Geral de Depósitos são duas, uma para a atividade corrente da instituição (saldo 10 024,28 €) e a outra para os movimentos de conta corrente dos seus utentes (saldo 3.812,77 €).

Devido ao encerramento do balcão na vila de Portel do Banco Millennium BCP, a conta dessa instituição bancária deixou de ser movimentada com a frequência verificada em anos anteriores (saldo -26,44 €). Normalmente, efetuava-se nessa conta, o movimento da Farmácia

da Misericórdia. Grande parte desse movimento começou a ser feito na conta da Caixa de Crédito Agrícola Mútuo após o encerramento do balcão do BCP.

Na Caixa de Crédito Agrícola Mútuo são também duas as contas utilizadas, a primeira de utilização geral da Instituição (saldo 148.469,19 €) e a segunda de utilização para os movimentos afetos à UCCI (saldo 34.559,95€).

Durante o ano de 2021, abriu a SCMP uma conta à ordem, denominada conta economia social no Banco Montepio, entidade bancária muito direcionada para o apoio às entidades sociais sem fins lucrativos (saldo 353.480,91 €). Utilizou-se também esta conta para o recebimentos das participações da ARS referentes à UCCI.

Depósitos a prazo

A Santa Casa da Misericórdia de Portel durante o ano de 2025, não teve qualquer depósito a prazo ativo.

5 - ATIVOS FIXOS TANGÍVEIS

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 o movimento ocorrido nos ativos fixos tangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

	Terrenos e Recursos Naturais	Edifícios e Outras Construção	Equipamento Básico	Equipamento Transporte	Equipamento Administrativo	Outros Activos Fixos Tangíveis	Ativos Fixos Tangíveis em Curso	Total
Custo Aquisição	63 056,80	3 283 166,38	970 402,76	181 754,45	303 628,30	66 542,71	69 960,12	4 938 511,52
Depreciações Acumuladas	0,00	-1 497 065,71	-861 436,32	-156 486,56	-293 298,90	-66 542,71		-2 874 830,20
Valor Líquido	63 056,80	1 786 100,67	108 966,44	25 267,89	10 329,40	0,00	69 960,12	2 063 681,32
Adições								0,00
Depreciações Transferências								0,00
Sub Total	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00	0,00
Aquisições e Adições			4 759,96		5 081,88		51 355,13	61 196,97
Depreciações		-52 512,79	-30 937,73	-7 978,00	-3 568,16			-94 996,68
Sub Total	0,00	-52 512,79	-26 177,77	-7 978,00	1 513,72	0,00	51 355,13	-33 799,71
AFTB	63 056,80	3 283 166,38	975 162,72	181 754,45	308 710,18	66 542,71	121 315,25	4 999 708,49
Depreciações Acumuladas	0,00	-1 549 578,50	-892 374,05	-164 464,56	-296 867,06	-66 542,71	0,00	-2 969 826,88
AFT Líquido	63 056,80	1 733 587,88	82 788,67	17 289,89	11 843,12	0,00	121 315,25	2 029 881,60

O investimento mais relevante em 2025 foram os investimentos que se encontram ainda em Curso e que são:

Plataforma ponte – UCCI – 8.517,75 €

Quadro Alvos – ERPI – 35.412,56 €

Remodelação Instalação Elétrica – ERPI – 7.424,82 €

As depreciações dos ativos fixos tangíveis estão reconhecidas, na sua totalidade, na rubrica “Gastos de depreciação e de amortização” da Demonstração dos Resultados. A sua contabilização faz-se de acordo com o tempo de utilização, por duodécimos.

6- ATIVOS INTANGÍVEIS

Relativamente aos Ativos Intangíveis no exercício findo em 31 de dezembro de 2025 não existiu qualquer movimento. Os ativos fixos intangíveis e as respetivas depreciações e perdas por imparidade acumuladas, foi o seguinte:

		Programas Computador	Total
Abertura	Custo Aquisição	3 247,09	3 247,09
	Depreciações Acumuladas	-3 247,09	-3 247,09
	Valor Líquido	0,00	0,00
Transferências	Adições	0,00	0,00
	Depreciações /Transferências	0,00	0,00
	Sub Total	0,00	0,00
2025	Aquisições e Adições	0,00	0,00
	Depreciações	0,00	0,00
	Sub Total	0,00	0,00
	PIB	3 247,09	3 247,09
	Depreciações Acumuladas	-3 247,09	-3 247,09
	PI Líquido	0,00	0,00

7 – INVESTIMENTOS EM CURSO

Os valores apresentados no ano de 2025 como Investimentos em Curso, são os montantes despendidos com a elaboração das candidaturas e apresentadas aos fundos europeus e nacionais para a concretização de alguns investimentos estruturantes para a Instituição.

As candidaturas efetuadas foram:

CO3SO – Empreendedorismo social –Permitiu a contratação de 2 técnicos especializados (psicomotricista e terapeuta ocupacional) para a resposta social ERPI. O valor desta candidatura foi recebido no ano de 2025 (29 de fevereiro).

Projeto A Realidade Virtual na Inclusão Social dos Idosos ALT20-40-2021-37 - Projetos inovadores/experimentais na área social. Valor do projeto 68.125,44 €, recebido na totalidade no ano de 2025.

Mobilidade Verde – Aquisição de Viaturas Elétricas para SAD – Candidatura PRR para aquisição de veículo elétrico, vocacionado para dar resposta às solicitações da resposta SAD. Foi aprovado o financiamento no montante de 25.000,00 €.

Ampliação do ERPI da SCMP – Contrataram-se junto de técnicos especialistas os projetos de arquitetura e especialidades do edifício onde se desenvolvem as atividades de ERPI. Foi apresentada uma candidatura ao PRR para a ampliação do ERPI da SCMP à Medida - Requalificação e alargamento da rede de equipamentos e respostas sociais. Muito contribuiu a parceria com o Município de Portel, através da disponibilidade dos seus técnicos para o desenvolvimento e acompanhamento do processo.

A projeto cumpriu com todos os requisitos necessários para a sua apresentação, no entanto foi indeferida devido a que o local geográfico de intervenção (Portel) para esta medida não o considerava prioritário, dando primazia aos grandes centros urbanos de Lisboa e Porto.

Aguarda a SCMP, abertura de novas candidaturas para que possa submeter novamente o projeto de financiamento.

8 - INVENTÁRIOS

O inventário tem a seguinte composição:

Inventários	2025			2024		
	Valor bruto	Perdas imparidade	Quantia líquida	Valor bruto	Perdas imparidade	Quantia líquida
Mercadorias	126 195,78		126 195,78	114 544,04		114 544,04
Matérias-Primas, subsidiárias e de consumo	20 459,72		20 459,72	22 490,39		22 490,39
Total	146 655,50	0,00	146 655,50	137 034,43	0,00	137 034,43

Em 31 de Dezembro de 2025, o custo das mercadorias vendidas e matérias consumidas é o seguinte:

Descrição		Compras	Descontos/Dev	Total
Existências Iniciais	Mercadorias	114 544,04		114 544,04
	MP Géneros Alimentares	5 779,17		5 779,17
	MP Fraldas	5 426,45		5 426,45
	Subsidiárias e Consumo	11 284,77		11 284,77
Compras	Mercadorias	923 548,10	46 356,81	877 191,29
	MP Géneros Alimentares	211 826,63	33,93	211 792,70
	MP Fraldas	38 035,08	206,31	37 828,77
	Subsidiárias e Consumo	997,19	0,05	997,14
Existências Finais	Mercadorias	126 195,78		126 195,78
	MP Géneros Alimentares	5 106,41		5 106,41
	MP Fraldas	3 071,40		3 071,40
	Subsidiárias e Consumo	12 281,91		12 281,91
CMVMC	Mercadorias	911 896,36	46 356,81	865 539,55
	MP Géneros Alimentares	212 499,34	33,88	212 465,46
	MP Fraldas + Subs Consumo	40 390,13	206,31	40 183,82
	Subsidiárias e Consumo	0,05	0,05	0,00
	Total	1 164 785,88	46 597,05	1 118 188,83

9 – CRÉDITOS A RECEBER - UTENTES E CLIENTES

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica clientes e utentes decompõe-se da seguinte forma:

Clientes	2025			2024		
	CAP	Perdas por imparidade	C/C	CAP	Perdas por imparidade	C/C
Clientes Farmácia	102 308,31	0,00	102 308,31	92 892,63	0,00	92 892,63
Clientes Ucci	67 792,49	0,00	67 792,49	42 551,94	0,00	42 551,94
Clientes Lar / CD / A. Domiciliário/ Outros	27 608,97	0,00	27 608,97	22 911,11	0,00	22 911,11
Total	197 709,77	0,00	197 709,77	158 355,68	0,00	158 355,68

Em 2025, comparativamente ao exercício de 2024, verificou-se um aumento dos saldos de clientes em conta corrente no montante de **39.354,09€**, passando de **158.355,68€** para **197.709,77€**, o que corresponde a uma variação de **24,85%**.

Esta evolução encontra-se essencialmente associada ao incremento da atividade e, consequentemente, ao aumento dos níveis de faturação da instituição, com particular incidência nas áreas da Farmácia e da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI).

Os saldos a receber encontram-se maioritariamente concentrados em entidades públicas e outras entidades financiadoras das respostas sociais, o que é consistente com a natureza da atividade desenvolvida pela instituição e com os prazos médios de recebimento associados a este tipo de entidades.

À data de relato, não foram reconhecidas perdas por imparidade, não tendo sido identificados indícios objetivos de incobabilidade, pelo que os saldos apresentados são considerados recuperáveis. Não obstante, atendendo ao aumento verificado, considera-se recomendável a monitorização contínua da antiguidade dos saldos e dos prazos médios de recebimento, por forma a mitigar eventuais riscos de liquidez.

10 - ESTADO E OUTROS ENTES PÚBLICOS

Em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica estado e outros entes públicos decompõe-se da seguinte forma:

Estado e outros entes públicos	2025	2024
Ativo		
Imposto sobre o valor acrescentado	11 605,86	11 002,86
Total	11 605,86	11 002,86
Passivo		
Retenção de imposto sobre o rendimento	9 229,24	8 313,00
Imposto sobre o valor acrescentado	4 521,43	10 961,68
Contribuições para a Segurança Social	45 787,67	42 933,00
Fundos Compensação	0,00	0,00
Total	59 538,34	62 207,68

Todos os impostos a pagar apresentados no passivo em 31/12/2025 foram pagos durante o mês de janeiro de 2025 na data respetiva para pagamento.

Verificou-se, em 2025, comparativamente a 2024, uma evolução global moderada na rubrica de **Estado e Outros Entes Públicos**, refletindo ajustamentos normais decorrentes da atividade corrente da instituição.

Ao nível do **ativo**, observa-se um ligeiro aumento do **Imposto sobre o Valor Acrescentado (IVA) a recuperar**, no montante de **602,99€**, passando de **11.002,86€** em 2024 para **11.605,86€** em 2025. Esta variação encontra-se dentro dos valores expectáveis e resulta do normal desfasamento temporal entre o IVA suportado e o IVA liquidado.

Relativamente ao **passivo**, verifica-se uma redução global das responsabilidades, no montante de **2.669,34€**, passando de **62.207,68€** em 2024 para **59.538,34€** em 2025.

Esta evolução resulta, por um lado, da diminuição do saldo de **IVA a pagar**, no valor de **6.440,25€**, e, por outro, do aumento das **retenções na fonte de imposto sobre o rendimento (+916,24€)** e das **contribuições para a Segurança Social (+2.854,67€)**, refletindo essencialmente a evolução dos encargos com pessoal.

Os maiores saldos em dívida concentram-se nas contribuições para a Segurança Social, o que é consistente com a estrutura de custos da instituição, fortemente assente em recursos humanos.

Globalmente, as variações registadas enquadram-se na atividade normal da instituição, não evidenciando desvios significativos, sendo os saldos considerados dentro dos valores expectáveis, mantendo-se o cumprimento regular das obrigações fiscais e contributivas.

11 – INVESTIMENTOS FINANCEIROS

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica de investimentos financeiros é a seguinte:

Investimentos Financeiros	2025	2024
Farcoware	0,00	0,00
Udifar	2 634,44	2 634,44
Infarma	0,00	0,00
Plural	100,00	100,00
Certificados Renda Perpétua	14,13	14,13
Fundo Compensação	11 428,92	11 428,92
Total	14 177,49	14 177,49

12 – DIFERIMENTOS

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica diferimentos decompõe-se da seguinte forma:

	2025	2024
Diferimentos - Ativo		
Gastos a reconhecer		
... Seguros liquidados	8 429,68	7 004,73
... Outros Gastos a reconhecer	2 527,10	2 416,35
Total	10 956,78	9 421,08
Diferimentos - Passivo		
Rendimentos diferidos		
...PORA 2020 Realidade Virtual		0,00
... IEFEP Estágios Profissionais	13 188,27	9 627,52
...Inst Seg Social		0,00
Total	13 188,27	9 627,52

Nesta rubrica foi movimentada a conta de seguros liquidados e a conta outras despesas com custo diferido que tem justificação pelos contratos de assistência técnica. Tanto para os seguros como para a assistência técnica informática, apenas são reconhecidos os gastos no ano de 2025, os valores referentes ao nº de meses/dia do respetivo ano. A diferença será contabilizada como gasto no ano seguinte.

IEFP – Estágios Profissionais – toda a despesa e rendimento referentes aos estágios profissionais desenvolvidos durante o ano de 2025, foram considerados no respetivo ano em que ocorreram.

13 - OUTROS ATIVOS CORRENTES

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica “outros ativos correntes” decompõe-se da seguinte forma:

Devedores por Acréscimos de Rendimento	2025	2024
Donativos a Receber	10 000,00	0,00
Mensalidade Utentes	13 252,60	14 435,89
Comparticipação no Internamento	65 247,66	52 885,84
Total	88 500,26	67 321,73

O quadro anterior justifica o acréscimo de rendimentos considerado no ano de 2025. Os valores estão aferidos com os documentos recebidos em janeiro de 2026.

São considerados nesta rubrica os recebimentos de valores em 2026, mas referentes ao ano de 2025.

Os cálculos destes valores no caso da resposta social UCCI têm por base os mapas agregadores apresentados junto do ISS IP que após sua validação por parte da ECL são faturados aos utentes e às entidades participantes (ARS e outros subsistemas). Normalmente essa validação acontece nos meados do mês seguinte, neste caso em janeiro de 2026.

Os “outros devedores e credores” discriminam-se da seguinte forma:

Outros Devedores e Credores	2025,00	2024,00
Outros Activos Financeiros	2 252,06	1 784,15
Contas Corrente Utentes a Débito ERPI	1 481,03	2 380,13
Fornecedores a Débito	15 341,04	8 632,32
Adiantamentos ao Pessoal	479,80	0,00
IEFP - Estágios Profissionais	12 420,33	8 761,40
Pora 2020 - CO3SO	0,01	0,01
MVS - Aquisição Viatura Elétrica SAD	7 200,79	7 200,79
Total	39 175,06	28 758,80

Os “outros instrumentos financeiros” discriminam-se como segue:

Instrumentos Financeiros	2025	2024
CGD Caixa Fundo Monetário		0,00
Farminveste	2 252,06	1 784,15
Outros Activos Financeiros		
Total	2 252,06	1 784,15

Verificou-se durante o ano de 2025 um acréscimo do justo valor dos instrumentos financeiros Farminveste (467,91 €).

A conta corrente utentes que se encontram a débito representam as dividas existentes dos utentes e dos quais a SCMP faz a gestão dos respetivos rendimentos. São valores que serão liquidados pelos familiares ou nalguns casos quando da receção dos subsídios de férias ou natal.

O valor IEFP – Estágios Profissionais representa o valor a receber dos estágios que se encontram ativos e a decorrer na instituição.

O valor do MVS – Aquisição Viatura Elétrica SAD representa a parte final do valor a receber do financiamento do projeto Mobilidade Verde Social.

14 - FUNDOS PATRIMONIAIS

Os movimentos relevantes registados na rubrica de Fundos Patrimoniais, são os seguintes:

Fundos patrimoniais	2025	2024
Capital	1 344 097,96	1 344 097,96
Resultados Transitados	572 584,04	646 976,38
Outras Variações no Capital Próprio	329 909,05	349 612,10
Resultado Líquido no período	-49 758,98	-74 392,34
Total	2 196 832,07	2 266 294,10

Na conta 562 – Resultados Transitados – foi registado o resultado líquido do ano anterior.

Na conta 593 – Subsídios – foram registados os ganhos do exercício resultantes dos subsídios do estado para financiamento de obras e equipamentos, decorrentes dos programas financiados através do Programa Saúde XXI e do Fundo Rainha D. Leonor da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa e ainda do valor de investimento do projeto da Mobilidade Verde Social – veículo elétrico para SAD.

15 - SUBSÍDIOS DO GOVERNO RELACIONADOS COM ATIVOS

Os subsídios ao investimento, relacionados com a aquisição de ativos fixos, são reconhecidos no capital próprio e são creditados na demonstração dos resultados, em quotas constantes, durante o período estimado de vida útil dos ativos com os quais se relacionem.

No decorrer do exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foi reposto em rendimento (#7883) o valor que se segue:

[Handwritten signatures and initials on the right margin]

Fonte de Financiamento	Rsocial	Descrição do bem	2025	2024
POS Saúde XXI	Ucci	Obras	8 185,82	8 185,82
FRDL	ERPI	Sistema Aquecimento	6 716,70	6 716,70
Mobilidade Verde Social	SAD	Veículo Eléctrico	4 800,53	4 000,02
Total			19 703,05	18 902,54

Os subsídios à exploração encontram-se explanados na nota 23.

16 - FORNECEDORES

Em 31 de Dezembro de 2025 a rubrica de fornecedores c/c decompõe-se da seguinte forma:

Fornecedor	2025	2024
OCP Portugal	76 469,49	62 919,08
J. Saragoça Lda.	0,00	2 430,84
Hasse Limitada	4 546,61	2 758,94
Cooperativa Agrícola Portel CRL	1 436,53	2 328,65
Alliance Unichem	4 951,41	3 024,93
Alquimed	2 088,01	1 918,82
Air Liquide	1 456,74	1 023,55
Delta Data Lda	1 629,17	2 519,04
Quimisinga	1 272,21	322,39
Iberdrola	149,56	192,55
APH	581,59	512,76
Talhos Premium Sa	3 807,42	2 368,46
Tabela Indispensável Lda	1 228,89	796,48
Previgarb Engenharia e Segurança Lda	2 617,10	2 291,59
Portel Cash Unipessoal Lda	1 992,91	2 351,79
Rubis	-13 284,00	6 814,47
Botelho & Rodrigues Lda	116,76	681,29
Outros Fornecedores C/C	66 561,89	50 240,31
Total	157 622,29	145 495,94

Durante o ano de 2025, regularizaram-se sempre dentro dos prazos de pagamento, as dívidas a fornecedores.

17 - CUSTO DE EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

Em 31 de Dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 a rubrica financiamentos obtidos decompõe-se da seguinte forma:

Financiamentos obtidos	2025		2024	
	Corrente	Não corrente	Corrente	Não corrente
Empréstimos bancários:				
Empréstimo BCP (conta devedora)	26,44	0,00	201,19	0,00
Empréstimo Montepio 150 000 €	30 000,00	20 000,00	30 000,00	50 000,00
Empréstimo Montepio 250 000 €	30 600,00	189 678,26	33 333,33	216 666,67
Total	60 626,44	209 678,26	63 534,52	266 666,67

- **Conta corrente BCP (credora)**

Apresenta um saldo residual de **26,44€** em 2025, face a **201,19€ em 2024**, encontrando-se praticamente liquidada e sem impacto material na estrutura financeira.

- **Empréstimo Montepio – 150.000€**

Mantém a componente de curto prazo (**30.000,00€**), registando uma redução significativa na componente de médio/longo prazo, que passou de **50.000,00€ em 2024** para **20.000,00€ em 2025**, refletindo o cumprimento do plano de amortização.

- **Empréstimo Montepio – 250.000€**

Continua a representar o principal financiamento da instituição. O capital em dívida reduziu-se de **250.000,00€ em 2024** para **220.278,26€ em 2025**, distribuído entre curto prazo (**30.600,00€**) e não corrente (**189.678,26€**), evidenciando o cumprimento regular das obrigações contratuais.

- Globalmente, a evolução dos financiamentos obtidos evidencia uma **redução consistente do nível de endividamento**, refletindo uma gestão financeira prudente e o cumprimento das responsabilidades assumidas.
- Todos os empréstimos se encontram a ser liquidados dentro dos prazos contratualmente definidos, não se verificando situações de incumprimento, o que demonstra a capacidade da instituição em assegurar o serviço da dívida de forma sustentada e equilibrada.

18 – OUTROS PASSIVOS CORRENTES

Outras passivos correntes	2025	2024
Clientes Credores	30 188,90	15 587,75
Pessoal, Processos tribunal, Sindicatos	881,93	0,00
Direito a Férias e Férias	189 447,96	190 129,96
Seg Social Drt Férias e Férias	42 246,90	42 398,98
Sub Turno Anos Anteriores		0,00
Outros Credores - Utentes	101 371,21	124 542,31
Acréscimo Eletricidade Telefone Água	10 739,23	8 474,00
Outros Devedores e Credores - Trab Independentes	1 680,00	874,00
Outros Devedores e Credores	11 571,62	8 443,61
Total	388 127,75	390 450,61

Na rubrica de **Outros passivos correntes**, verificou-se, em 2025, uma ligeira redução global face ao ano anterior, passando de **390.450,61€ em 2024** para **388.127,75€ em 2025**, o que corresponde a uma diminuição de **2.322,86€**. Esta variação não é material, refletindo uma relativa estabilidade desta rubrica.

A componente mais relevante continua a ser a conta de **Direito a Férias e Subsídio de Férias**, bem como os respetivos encargos com a **Segurança Social**, que totalizam **231.694,86€ em 2025**, mantendo-se em linha com o exercício anterior. Estes valores correspondem a

responsabilidades assumidas com o pessoal, relativas a direitos adquiridos no exercício de 2025, cuja liquidação ocorrerá no período seguinte.

Na conta de **Outros Credores – Utentes**, registou-se uma redução de **23.171,10€**, passando de **124.542,31€ em 2024** para **101.371,21€ em 2025**. Esta rubrica representa valores à guarda da instituição pertencentes aos utentes, resultantes da diferença entre os rendimentos auferidos (nomeadamente pensões), os encargos com as respostas sociais e outras despesas associadas. Relativamente aos **acréscimos de gastos com eletricidade, comunicações e água**, observa-se um aumento para **10.739,23€** (face a **8.474,00€ em 2024**), refletindo o reconhecimento dos consumos incorridos no final do exercício, cujas faturas são rececionadas no período seguinte. A rubrica de **Cientes Credores** apresenta um aumento significativo, passando de **15.587,75€** para **30.188,90€**, podendo refletir adiantamentos recebidos ou regularizações de contas com utentes e entidades.

As restantes rubricas apresentam variações pouco expressivas e enquadradas na atividade corrente da instituição.

Deste modo, encontra-se assegurado o cumprimento do princípio da **especialização dos exercícios**, com o reconhecimento, em 2025, das responsabilidades e gastos que lhe são economicamente imputáveis, independentemente da respetiva data de pagamento.

19 - VENDAS E SERVIÇOS PRESTADOS

As vendas e prestações de serviços durante o ano de 2025, foram os seguintes:

Vendas e Serviços Prestados	2025	2024
Vendas Medicamentos e Serviços Farmácia	1 271 243,67	1 199 962,58
Serviços Prestados Utentes Lar+Vendas Fraldas	1 468 312,76	1 328 690,57
Serviços Prestados Centro Dia	31 794,81	21 654,62
Serviços Prestados Apoio Domiciliário	57 043,68	53 913,69
Serviços Prestados UCCI	800 180,04	785 407,21
Serviços Administração / Culto		
Total	3 628 574,96	3 389 628,67

No ano de 2025, verificou-se no volume de negócios total (vendas e prestações de serviços), de todas as respostas sociais e atividades, um aumento de **238.946,29€ (+7,05%)**, passando de **3.389.628,67€ em 2024** para **3.628.574,96€ em 2025**. Esta evolução reflete o crescimento global da atividade da instituição.

Relativamente ao **Centro de Dia**, verificou-se um aumento significativo da faturação, no montante de **10.140,19€ (+46,82%)**, evidenciando a consolidação desta resposta social após o período pós-pandemia e o reforço da sua atividade ao longo do ano.

Na resposta social de **Apoio Domiciliário (SAD)**, registou-se igualmente uma evolução positiva, com um aumento de **3.129,99€ (+5,81%)**, refletindo o crescimento da procura e o reforço da capacidade de resposta da instituição nesta área.

No que respeita à **UCCI**, verificou-se um crescimento moderado da faturação, no montante de **14.772,83€ (+1,88%)**, mantendo-se esta resposta com níveis elevados de ocupação ao longo do exercício, o que demonstra estabilidade na sua atividade.

Relativamente à **Farmácia da Misericórdia de Portel**, verificou-se um aumento das vendas no montante de **71.281,09€ (+5,94%)**, refletindo a continuidade da estratégia de consolidação da atividade, num contexto de mercado estável e com limitações de crescimento associadas às características demográficas e concorrenciais do concelho.

Por sua vez, a **ERPI (Lar)** apresentou um crescimento expressivo da faturação, no montante de **139.622,19€ (+10,51%)**, reforçando o seu papel como principal fonte de receita da instituição, possivelmente associado à manutenção de níveis elevados de ocupação e à atualização de participações.

Globalmente, os dados evidenciam um **crescimento sustentado do volume de negócios**, com contributos positivos de todas as respostas sociais, destacando-se a ERPI e a Farmácia.

Esta evolução reforça a capacidade da instituição em gerar receita própria e consolidar a sua atividade, constituindo um fator essencial para a melhoria do desempenho económico-financeiro e para a sustentabilidade futura da Santa Casa da Misericórdia de Portel.

20 - SUBSÍDIOS, DOAÇÕES E LEGADOS À EXPLORAÇÃO

A Misericórdia beneficiou dos seguintes subsídios no decorrer dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025:

Comparticipações e Sub. Exploração	2025	2024
Subsídios - IEFP	17 369,18	16 078,50
PORA Realidade Virtual		48 048,36
Doações e Heranças Espólios	54 150,30	18 563,49
Total	71 519,48	82 690,35

Subsídio IEFP

Verificou-se um ligeiro aumento de **1.290,68€ (+8,03%)**, passando de **16.078,50€** para **17.369,18€**, refletindo a continuidade e eventual reforço de medidas de apoio ao emprego.

PORA – Realidade Virtual

Em 2024, esta rubrica apresentou um valor significativo de **48.048,36€**, não se verificando qualquer montante em 2025. Esta ausência constitui o principal fator explicativo da redução global da rubrica, tratando-se de um financiamento pontual, não recorrente.

Doações e Heranças/Espólios

Registaram um aumento expressivo de **35.586,81€ (+191,70%)**, passando de **18.563,49€** em 2024 para **54.150,30€** em 2025. Esta evolução evidencia um reforço significativo do apoio da comunidade e de entidades externas à instituição.

A redução global dos **subsídios e participações** em 2025 resulta essencialmente da inexistência de financiamentos pontuais registados no ano anterior, nomeadamente o projeto PORA.

Apesar desta diminuição, destaca-se o crescimento muito significativo das **doações e heranças**, que contribuíram para mitigar parcialmente a redução verificada, reforçando o papel da comunidade no apoio à instituição.

Em termos estruturais, esta rubrica continua a apresentar alguma volatilidade, associada à natureza não recorrente de determinados financiamentos, pelo que se mantém importante a diversificação das fontes de receita e a captação de apoios sustentáveis.

Os valores comparticipados pela Segurança Social nas respostas sociais ERPI, CD e SAD foram os seguintes:

Resposta Social	2025			2024		
	Utentes	Acordos	Vagas SS	Utentes	Acordos	Vagas SS
Estrutura Residencial Pessoas Idosas	83	83	8	83	83	8
Centro Dia	5	10		3	10	
Serviço de Apoio Domiciliário	6	20		8	20	
Ucci - Média duração	9	10		10	10	
Ucci - Longa duração	13	13		13	13	
Total	116	136	8	117	136	8

Resposta Social	Comparticipação Utente/mês	
	2025	2024
Estrutura Residencial Pessoas Idosas	666,90	573,53
Centro Dia	181,48	167,17
Serviço de Apoio Domiciliário	362,49	350,23

Subsídios / Comparticipações da Unidade de Cuidados Continuados Integrados

(Decreto-Lei n.º 220/2011, de 1 de junho)

No caso da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI), as comparticipações são atribuídas em função da **taxa de ocupação da unidade**, da **tipologia de cuidados prestados** e dos **rendimentos dos utentes e respetivo agregado familiar**.

Relativamente aos valores suportados pelos utentes, em 2025, na tipologia de **longa duração e manutenção**, o valor a pagar por utente/dia é de **45,81€**, enquanto na tipologia de **média duração e reabilitação** é de **23,95€ por utente/dia**.

Sempre que os utentes não disponham de capacidade financeira para suportar os encargos referidos, a **Segurança Social assegura a comparticipação do remanescente**, nos termos legalmente previstos.

Caso não se verifique a ocupação total da unidade, e desde que a taxa de ocupação seja superior a **85%**, a Segurança Social procede ao pagamento adicional correspondente ao número de utentes/dia em falta, por tipologia, tendo por base os valores de comparticipação definidos.

Adicionalmente, na tipologia de **longa duração e manutenção**, a Segurança Social assegura uma comparticipação de **1,51€ por utente/dia**, destinada ao apoio nos consumos de fraldas.

No que respeita à **Administração Regional de Saúde do Alentejo (ARS Alentejo)**, as comparticipações referentes às diárias de internamento, em 2025, são de **40,30€ por utente/dia** para a tipologia de longa duração e manutenção e de **81,26€ por utente/dia** para a tipologia de média duração e reabilitação.

Acresce que a ARS comparticipa ainda os encargos com **medicamentos, apósitos e material de penso**, no valor de **13,52€ por utente/dia** (na tipologia de média duração) e **11,61€ por utente/dia** (na tipologia de longa duração), conforme aplicável.

À semelhança do previsto para a Segurança Social, sempre que a taxa de ocupação da unidade seja superior a **85%**, a ARS Alentejo assegura igualmente uma comparticipação adicional correspondente ao número de utentes/dia em falta, por tipologia, tendo por base o valor da diária de internamento.

Entidades	Comparticipações	Média Duração		Longa Duração	
		2025	2024	2025	2024
Seg. Social	Comparticipação Utente / Dia	23,95	23,39	45,81	43,64
	Consumos Fraldas			1,51	1,44
ARS	Comparticipação Utente / Dia	81,26	65,84	40,30	26,79
	Comp. Medicamentos, apósitos e material penso		13,52		11,61

21 - FORNECIMENTOS E SERVIÇOS EXTERNOS

Os fornecimentos e serviços externos por família e por conta são assim decompostos:

FSE	2025	2024
Serviços Especializados	251 637,83	184 620,60
Materiais	33 029,18	27 374,08
Energia e Flúidos	138 682,76	161 662,19
Deslocações Estadas e Transportes	2 230,26	250,00
Serviços Diversos	153 018,63	160 118,64
Total	578 598,66	534 025,51

No exercício de 2025, a rubrica de **Fornecimentos e Serviços Externos (FSE)** ascendeu a **578.598,66€**, registando um acréscimo de **44.573,15€ (+8,35%)** face ao exercício de 2024. Esta variação encontra-se alinhada com o aumento da atividade da instituição.

O crescimento verificado resulta, essencialmente, da rubrica de **serviços especializados**, que aumentou **67.017,23€ (+36,30%)**, com particular incidência nos **honorários**, os quais registaram um acréscimo de **22.005,05€ (+41,86%)**, destacando-se as áreas de enfermagem e fisioterapia. Verificou-se igualmente um aumento relevante nos encargos com **conservação e reparação**, no montante de **27.495,72€ (+47,15%)**, bem como na **assistência técnica**, que cresceu **12.181,73€ (+72,47%)**, com especial enfoque na componente informática.

A rubrica de **materiais** apresentou um aumento de **5.655,10€ (+20,66%)**, refletindo o acréscimo dos consumos operacionais, nomeadamente de ferramentas e utensílios de desgaste rápido.

Em sentido inverso, os custos com **energia e fluidos** registaram uma redução de **22.979,43€ (-14,21%)**, com destaque para a diminuição dos encargos com eletricidade e gás, evidenciando um impacto positivo na contenção dos custos.

Relativamente aos **serviços diversos**, verificou-se uma redução global de **7.100,01€ (-4,43%)**, resultante de ajustamentos em diversas componentes, designadamente na rubrica de outros fornecimentos e serviços, parcialmente compensada pelo aumento das despesas com limpeza, higiene e conforto.

Em termos globais, a evolução dos FSE reflete o reforço da atividade e o maior recurso a serviços especializados, não se identificando desvios anómalos face à natureza da atividade. Não obstante, atendendo ao crescimento significativo de algumas rubricas, recomenda-se a manutenção de mecanismos de controlo e monitorização contínua.

22 – BENEFÍCIOS DOS EMPREGADOS

O número de membros dos órgãos sociais de gestão, nos períodos de 2025 e 2024, foram 13 elementos.

Os órgãos sociais da Misericórdia não auferem qualquer remuneração, de acordo com os estatutos e legislação aplicável às IPSS.

O número de pessoas ao serviço da Entidade:

-31/12/2025 foi de 93

-31/12/2024 foi de 99

GASTOS COM O PESSOAL

No decurso dos exercícios findos em 31 de dezembro de 2025 e em 31 de dezembro de 2024 foram reconhecidos os seguintes montantes em resultados, na rubrica gastos com o pessoal:

Pessoal	2025	2024	Varição	%
Remunerações	1 156 495,34	1 096 320,92	60 174,42	5,49%
Subsidio Alimentação	121 110,00	123 921,20	-2 811,20	-2,27%
Remunerações Adicionais	133 580,84	129 475,01	4 105,83	3,17%
Subsidio Férias	110 254,13	107 108,88	3 145,25	2,94%
Subsídio Natal	98 764,99	95 047,86	3 717,13	3,91%
Encargos Sociais	333 533,28	318 137,55	15 395,73	4,84%
Seguros Acidentes Trabalho	9 164,08	10 039,48	-875,40	-8,72%
Outros Gastos com o pessoal	3 023,37	10 669,07	-7 645,70	-71,66%
Total	1 965 926,03	1 890 719,97	75 206,06	3,98%

No exercício de 2025, os gastos com o pessoal ascenderam a 1.965.926,03€, registando um acréscimo de 75.206,06€ (+3,98%) face ao exercício de 2024. Esta variação reflete a evolução da massa salarial e o reforço da atividade da instituição.

O aumento verificado é essencialmente explicado pela rubrica de remunerações, que registou um acréscimo de 60.174,42€ (+5,49%), evidenciando um aumento da massa salarial, potencialmente associado à atualização remuneratória.

Os encargos sociais acompanharam esta evolução, apresentando um aumento de 15.395,73€ (+4,84%), em linha com o crescimento das remunerações.

As rubricas de remunerações adicionais, subsídio de férias e subsídio de Natal registaram igualmente variações positivas, de +3,17%, +2,94% e +3,91%, respetivamente, refletindo a evolução global dos encargos com pessoal.

Em sentido inverso, o subsídio de alimentação apresentou uma ligeira redução de 2.811,20€ (-2,27%), enquanto os seguros de acidentes de trabalho registaram uma diminuição de 875,40€ (-8,72%), podendo refletir ajustamentos contratuais ou menor sinistralidade.

Destaca-se ainda a redução significativa na rubrica de outros gastos com o pessoal, no montante de 7.645,70€ (-71,66%), embora com impacto pouco relevante no total da rubrica.

Em termos globais, a evolução dos gastos com o pessoal encontra-se alinhada com o aumento da atividade da instituição, não se identificando variações anómalas face à sua natureza. Não obstante, atendendo ao peso significativo desta rubrica na estrutura de custos, recomenda-se a manutenção de mecanismos de controlo e monitorização contínua.

23 - OUTROS RENDIMENTOS

Os outros rendimentos são assim decompostos:

Outros rendimentos	2025	2024	Varição	%
Rendimentos Suplementares	8 423,15	8 737,01	-313,86	-3,59%
Descontos p.p obtidos			0,00	
Rendas e Outros Rendimentos	22 481,00	21 222,01	1 258,99	5,93%
Diferenças relativas anos anteriores	447,90	2 753,17	-2 305,27	-83,73%
Subsídios Investimento	19 703,05	19 703,05	0,00	0,00%
Outros (Quotizações)	9 235,92	9 031,00	204,92	2,27%
Juros, dividendos e outros rendimentos	82,99	8 889,43	-8 806,44	-99,07%
Total	60 374,01	70 335,67	-9 961,66	-14,16%

No exercício de 2025, a rubrica de **Outros Rendimentos** ascendeu a **60.374,01€**, registando uma diminuição de **9.961,66€ (-14,16%)** face ao exercício de 2024. Esta variação resulta essencialmente de componentes não recorrentes verificadas no período anterior.

A rubrica de **rendimentos suplementares** apresentou uma ligeira redução de **313,86€ (-3,59%)**, mantendo-se, no entanto, relativamente estável.

As **rendas e outros rendimentos** registaram um aumento de **1.258,99€ (+5,93%)**, evidenciando uma evolução positiva desta componente, associada, designadamente, a rendimentos de natureza patrimonial.

A rubrica de **diferenças relativas a anos anteriores** apresentou uma redução de **2.305,27€ (-83,73%)**, refletindo a menor ocorrência de regularizações ou ajustamentos de exercícios anteriores.

Os **subsídios ao investimento** mantiveram-se estáveis face ao período anterior, não se verificando variações.

A rubrica de **outros rendimentos (quotizações)** registou um ligeiro aumento de **204,92€ (+2,27%)**, evidenciando estabilidade desta fonte de receita.

Destaca-se ainda a redução muito significativa na rubrica de **juros, dividendos e outros rendimentos**, no montante de **8.806,44€ (-99,07%)**, indicando a inexistência, em 2025, de rendimentos financeiros relevantes registados no exercício anterior.

Em termos globais, a diminuição dos outros rendimentos resulta, sobretudo, da redução de componentes de natureza não recorrente, não se identificando desvios anómalos face à atividade corrente da instituição. Ainda assim, recomenda-se a monitorização desta rubrica, atendendo à sua natureza variável e à sua influência no resultado do exercício.

24 - OUTROS GASTOS

Os outros gastos são assim decompostos:

Outros gastos e perdas	2025	2024
Impostos	10 892,56	10 783,13
Descontos pp concedidos	2,70	
Perdas em inventários	5 026,89	6 541,31
Outros Gastos e perdas	22 076,30	14 660,82
Total	37 998,45	31 985,26

No exercício de 2025, a rubrica de **Outros Gastos e Perdas** ascendeu a **37.998,45€**, registando um aumento de **6.013,19€ (+18,80%)** face ao exercício de 2024. Esta variação resulta essencialmente do crescimento da componente de outros gastos.

A rubrica de **impostos** apresentou uma ligeira variação positiva de **109,43€ (+1,01%)**, mantendo-se globalmente estável entre os períodos analisados.

As **perdas em inventários** registaram uma redução de **1.514,42€ (-23,15%)**, evidenciando uma melhoria na gestão de stocks e uma diminuição de quebras ou ajustamentos.

A rubrica de **outros gastos e perdas** apresentou um aumento significativo de **7.415,48€ (+50,58%)**, passando de **14.660,82€** em 2024 para **22.076,30€** em 2025. Esta evolução poderá estar associada a gastos de natureza pontual ou não recorrente, carecendo de análise detalhada da sua composição.

A rubrica de **descontos de pronto pagamento concedidos** apresenta um valor residual (**2,70€**), sem impacto material na estrutura global.

Em termos globais, o aumento desta rubrica resulta, sobretudo, da evolução dos **outros gastos e perdas**, não se identificando, contudo, indícios de desvios anómalos face à atividade da instituição. Ainda assim, recomenda-se o acompanhamento desta componente, dada a sua natureza potencialmente não recorrente e o seu impacto no resultado do exercício.

25 - JUROS E GASTOS SIMILARES SUPORTADOS

Os juros e gastos similares suportados são assim decompostos:

Juros e gastos similares suportados	2025	2024
Juros suportados empréstimos bancários	10 881,31	11 208,47
Outros gastos e perdas financiamento		31,42
Total	10 881,31	11 239,89

26- PROVISÕES, PASSIVOS CONTINGENTES E ATIVOS CONTINGENTES

Não existe qualquer situação à data de 31 de dezembro de 2025 que necessite da realização de uma provisão.

Existem situações pendentes de resolução que poderão dar origem a ativos e passivos contingentes.

Ações judiciais em curso

1 - Processo n.º 103/15.7BEBJA que corre termos no Tribunal Administrativo e Fiscal de Beja o processo foi remetido pelo Tribunal Judicial de Évora que se declarou incompetente, tendo origem no proc. n.º 35/14.6 TBPRL em que a empresa Vínculo Original intentou uma ação de condenação contra a Santa Casa da Misericórdia de Portel por falta de cumprimento de um contrato de empreitada.

A empresa propôs um valor que a SCMP contestou.

Aguarda-se despacho do Juiz para marcação de diligência.

2 - Proc. n.º 177/11.0BEBJA Tribunal Central Administrativo Sul:

Recorrente: Cristina Camões – Farmácia Unipessoal, Lda

Recorrido : Infarmed

Contrainteressado: Santa Casa Misericórdia de Portel

A Recorrente apresentou recurso da sentença final,

A Santa Casa apresentou contra-alegações de recurso em 21/11/2018,

Aguarda acórdão do Tribunal Central Administrativo Sul.

3 - Proc. n.º 232/24.6T8EVR – Juízo do Trabalho de Évora, Tribunal Judicial da Comarca de Évora

Processo de duas trabalhadoras em que a SCMP se apresenta como Ré.

A R. Santa Casa apresentou contestação aos processos intentados por ambas as trabalhadoras.

Aguarda-se que seja proferida sentença.

27 – RESPONSABILIDADES E CONTINGÊNCIAS

Hipoteca do prédio do loteamento Horta da Cruz lote 1 em Portel como garantia do empréstimo da Caixa Geral de Depósitos – Agência de Portel. Devido à liquidação total do empréstimo atrás referido, efetuou a SCMP o cancelamento da hipoteca do referido prédio, através de requerimento junto da entidade bancária.

28 - ACONTECIMENTOS APÓS DATA DE BALANÇO

Não são conhecidos à data quaisquer eventos subsequentes, com impacto significativo nas Demonstrações Financeiras de 31 de dezembro de 2025.

Após o encerramento do período, e até à elaboração do presente anexo, não se registaram outros factos suscetíveis de modificar a situação relevada nas contas.

As demonstrações financeiras para o período findo em 31 de dezembro de 2025 foram aprovadas pela Mesa Administrativa no dia 6 de abril de 2026.

O conflito no Médio Oriente, intensificado em 2026, constitui um fator de incerteza relevante no contexto económico e geopolítico global, podendo afetar a atividade das entidades, nomeadamente ao nível das cadeias de abastecimento, custos de matérias-primas e energia, bem como das condições de mercado.

Atendendo a que, para o período findo em 31 de dezembro de 2025, este evento ocorreu após a data de relato, o mesmo é considerado um acontecimento subsequente que não dá lugar a ajustamento. Contudo, dada a sua relevância, procede-se à sua divulgação no presente Anexo, incluindo uma apreciação qualitativa dos potenciais impactos na atividade da entidade.

No dia 5 de janeiro de 2026, em reunião da Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Portel, foi deliberada a denúncia do contrato celebrado com a Rede Nacional de Cuidados

Continuados Integrados, no âmbito da Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI) de Portel.

Esta decisão fundamenta-se na impossibilidade superveniente de assegurar a continuidade da prestação dos serviços contratualizados, resultante das dificuldades significativas na captação e retenção de recursos humanos qualificados e indispensáveis ao seu regular funcionamento.

Trata-se de um acontecimento ocorrido após a data de relato, sendo, por esse motivo, classificado como um facto subsequente. Atendendo à sua relevância, procede-se à respetiva divulgação no presente Anexo.

29 – OUTRAS DIVULGAÇÕES

Os honorários faturados pelo Revisor Oficial de Contas (ROC), para 2025, foram de 4 000,00 €

30 – APLICAÇÃO RESULTADOS

No uso da sua competência legal e estatutária, a Mesa Administrativa da Santa Casa da Misericórdia de Portel, propõe que a Assembleia Geral delibere:

- Aprovar o Relatório e Contas de 2025;
- Que o Resultado Líquido do Exercício de 2025, no montante de -49.758,98 €, seja transferido para “Resultados Transitados”.

31 – CONCLUSÃO GERAL

A análise global do exercício de 2025 da Santa Casa da Misericórdia de Portel evidencia uma **evolução positiva da atividade e uma melhoria do desempenho económico-financeiro**, ainda que se mantenham alguns desafios estruturais inerentes à natureza da instituição.

O crescimento do **volume de negócios**, aliado ao contributo relevante de respostas sociais como a **ERPI** e da atividade da **Farmácia**, permitiu reforçar a capacidade de geração de receita própria, fundamental para a sustentabilidade da instituição. Paralelamente, verificou-se um

esforço consistente ao nível do controlo de custos, ainda que acompanhado por um aumento natural dos **gastos com pessoal** e dos **fornecimentos e serviços externos**, decorrente do reforço da atividade e da necessidade de garantir a qualidade dos cuidados prestados.

A **Unidade de Cuidados Continuados Integrados (UCCI)** manteve um papel central na resposta às necessidades da comunidade, evidenciando níveis elevados de ocupação e um acompanhamento contínuo dos utentes. Contudo, continua a representar uma área de maior pressão financeira, refletindo os elevados custos associados à prestação de cuidados diferenciados e as limitações ao nível do financiamento.

Ao nível organizacional, destaca-se o empenho da equipa multidisciplinar, que, apesar das dificuldades no recrutamento de profissionais de saúde — nomeadamente enfermeiros e fisioterapeutas —, conseguiu assegurar o funcionamento regular da unidade e a continuidade dos cuidados, recorrendo a soluções de adaptação adequadas.

Adicionalmente, a instituição apresentou uma **redução do nível de endividamento** e manteve o cumprimento regular das suas responsabilidades financeiras, evidenciando uma gestão prudente e responsável.

Em termos globais, não se identificam desvios materialmente relevantes face à natureza e dimensão da atividade desenvolvida, sendo os resultados consistentes com o contexto operacional da instituição. Ainda assim, reforça-se a importância da **continuidade das medidas de controlo de custos, otimização de recursos e reforço das fontes de financiamento**, de forma a garantir a sustentabilidade económico-financeira no médio e longo prazo.

Em síntese, a Santa Casa da Misericórdia de Portel demonstra uma trajetória de **consolidação e adaptação**, mantendo o seu compromisso com a prestação de cuidados de qualidade, centrados na pessoa e orientados para o bem-estar da comunidade.

Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Artur' and a large circular stamp.

Santa Casa da Misericórdia de Portel

BALANCETES

BALANCETE RAZÃO DEZEMBRO

BALANCETE RAZÃO REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO

BALANCETE RAZÃO FINAL



Handwritten signatures and initials, including the name 'Estim' and other illegible marks.

32 – BALANCETE RAZÃO DEZEMBRO

[Handwritten signatures and initials in the right margin]

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: Dezembro

Cód.	CONTA Descrição	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	CAIXA	66.991,52	66.664,74	508.879,37	508.462,60	416,77	
12	DEPOSITOS A ORDEM	423.976,78	352.083,12	4.703.109,66	4.156.601,77	546.534,33	26,44
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANC	467,91		2.252,06		2.252,06	
21	CLIENTES	371.375,97	394.044,46	3.716.812,11	3.549.291,24	211.041,17	43.520,30
22	FORNECEDORES	154.690,22	145.418,19	1.877.892,34	2.020.173,59	15.341,04	157.622,29
23	PESSOAL	114.690,46	114.089,05	1.379.671,31	1.380.073,44	479,80	881,93
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIV	108.657,95	88.340,02	919.020,53	966.953,01	11.605,86	59.538,34
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS	5.044,77		59.922,93	330.201,19		270.278,26
27	OUTROS DEVEDORES E CREDITORES	191.442,71	320.958,39	1.029.369,44	1.276.823,94	122.372,42	369.826,92
28	DIFERIMENTOS	2.429,30	7.656,62	50.185,77	52.417,26	10.956,78	13.188,27
31	COMPRAS	93.185,51	3.619,36	1.162.308,85	50.469,20	1.173.409,81	41.570,16
32	MERCADORIAS			114.544,04		114.544,04	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUM			22.490,39		22.490,39	
38	RECLASSIFICACAO E REGULARIZAC		13,78		5.026,89		5.026,89
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			14.927,49	750,00	14.927,49	750,00
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS		8.180,50	4.878.393,24	2.969.826,89	4.878.393,24	2.969.826,89
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			3.247,09	3.247,09	3.247,09	3.247,09
45	INVESTIMENTOS EM CURSO	1.665,57	1.665,57	122.980,82	1.665,57	121.315,25	
51	CAPITAL				1.344.097,96		1.344.097,96
56	RESULTADOS TRANSITADOS			74.392,34	646.976,38		572.584,04
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL F	19.703,05		19.703,05	349.612,10		329.909,05
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EX	65.761,16	13.712,66	615.838,71	36.242,91	579.595,80	
63	GASTOS COM O PESSOAL	395.923,93	19.377,54	2.198.454,97	232.528,94	1.965.926,03	
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMOR	8.180,50		94.996,69		94.996,69	
65	PERDAS POR IMPARIDADE	5.363,37		5.363,37		5.363,37	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS	7.840,11		37.998,45		37.998,45	
69	Gastos e Perdas de Financiamento	729,76		10.881,31		10.881,31	
71	VENDAS	138,89	168.370,68	621,86	1.303.704,14	506,86	1.303.589,14
72	PRESTACOES DE SERVICOS	24.061,08	290.090,53	125.078,27	2.450.570,95		2.325.492,68
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EX		45.066,50		71.519,48		71.519,48
76	Reversões		43,00		1.258,00		1.258,00
77	GANHOS POR AUMENTOS DE JUS		467,91		467,91		467,91
78	Outros Rendimentos e Ganhos	171,00	22.614,77	171,00	60.462,02		60.291,02
79	Juros, Dividendos e outros rendimen		14,13		82,99		82,99
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍ			74.392,34	74.392,34		
Total geral:		2.062.491,52	2.062.491,52	23.843.899,80	23.843.899,80	9.944.596,05	9.944.596,05

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

33 - BALANCETE RAZÃO REGULARIZAÇÃO EXERCÍCIO

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten mark]

[Handwritten mark]

[Handwritten signature]

[Handwritten signature]

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: 13º

Cód.	CONTA Descrição	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Credores
11	CAIXA			508.879,37	508.462,60	416,77	
12	DEPOSITOS A ORDEM			4.703.109,66	4.156.601,77	546.534,33	26,44
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANC			2.252,06		2.252,06	
21	CLIENTES			3.716.812,11	3.549.291,24	211.041,17	43.520,30
22	FORNECEDORES			1.877.892,34	2.020.173,59	15.341,04	157.622,29
23	PESSOAL			1.379.671,31	1.380.073,44	479,80	881,93
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIV			919.020,53	966.953,01	11.605,86	59.538,34
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS			59.922,93	330.201,19		270.278,26
27	OUTROS DEVEDORES E CREDORES			1.029.369,44	1.276.823,94	122.372,42	369.826,92
28	DIFERIMENTOS			50.185,77	52.417,26	10.956,78	13.188,27
31	COMPRAS	41.570,16	1.173.409,81	1.223.879,01	1.223.879,01		
32	MERCADORIAS	938.034,08	926.382,34	1.052.578,12	926.382,34	126.195,78	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUM	250.858,85	252.889,52	273.349,24	252.889,52	20.459,72	
38	RECLASSIFICACAO E REGULARIZAC	5.026,89		5.026,89	5.026,89		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			14.927,49	750,00	14.927,49	750,00
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			4.878.393,24	2.969.826,89	4.878.393,24	2.969.826,89
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			3.247,09	3.247,09	3.247,09	3.247,09
45	INVESTIMENTOS EM CURSO			122.980,82	1.665,57	121.315,25	
51	CAPITAL				1.344.097,96		1.344.097,96
56	RESULTADOS TRANSITADOS			74.392,34	646.976,38		572.584,04
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL F			19.703,05	349.612,10		329.909,05
61	CUSTO MERC.VENDIDAS E MAT. C	1.118.188,83		1.118.188,83		1.118.188,83	
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EX		997,14	615.838,71	37.240,05	578.598,66	
63	GASTOS COM O PESSOAL			2.198.454,97	232.528,94	1.965.926,03	
64	GASTOS DE DEPRECTAÇÃO E AMOR			94.996,69		94.996,69	
65	PERDAS POR IMPARIDADE			5.363,37		5.363,37	
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			37.998,45		37.998,45	
69	Gastos e Perdas de Financiamento			10.881,31		10.881,31	
71	VENDAS			621,86	1.303.704,14	506,86	1.303.589,14
72	PRESTACOES DE SERVICOS			125.078,27	2.450.570,95		2.325.492,68
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EX				71.519,48		71.519,48
76	Reversões				1.258,00		1.258,00
77	GANHOS POR AUMENTOS DE JUS				467,91		467,91
78	Outros Rendimentos e Ganhos			171,00	60.462,02		60.291,02
79	Juros, Dividendos e outros rendimen				82,99		82,99
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍ			74.392,34	74.392,34		
Total geral:		2.353.678,81	2.353.678,81	26.197.578,61	26.197.578,61	9.897.999,00	9.897.999,00

of
Pastor
my
of
of
of
of

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature that appears to be "H. N." and several other illegible marks.

34 - BALANCETE RAZÃO FINAL

[Handwritten signatures and initials in blue ink, including the name 'Martim' and a large stylized signature]

Balancete do Razão - Contabilidade Geral

Mês: 15º

Cód.	CONTA Descrição	VALORES MENSAIS		VALORES ACUMULADOS		SALDOS	
		Débitos	Créditos	Débitos	Créditos	Devedores	Cretores
11	CAIXA			508.879,37	508.462,60	416,77	
12	DEPOSITOS A ORDEM			4.703.109,66	4.156.601,77	546.534,33	26,44
14	OUTROS INSTRUMENTOS FINANC			2.252,06		2.252,06	
21	CLIENTES			3.716.812,11	3.549.291,24	211.041,17	43.520,30
22	FORNECEDORES			1.877.892,34	2.020.173,59	15.341,04	157.622,29
23	PESSOAL			1.379.671,31	1.380.073,44	479,80	881,93
24	SECTOR PUBLICO ADMINISTRATIV			919.020,53	966.953,01	11.605,86	59.538,34
25	EMPRESTIMOS OBTIDOS			59.922,93	330.201,19		270.278,26
27	OUTROS DEVEDORES E CREDORES			1.029.369,44	1.276.823,94	122.372,42	369.826,92
28	DIFERIMENTOS			50.185,77	52.417,26	10.956,78	13.188,27
31	COMPRAS			1.223.879,01	1.223.879,01		
32	MERCADORIAS			1.052.578,12	926.382,34	126.195,78	
33	MATERIAS PRIMAS E DE CONSUM			273.349,24	252.889,52	20.459,72	
38	RECLASSIFICACAO E REGULARIZAC			5.026,89	5.026,89		
41	INVESTIMENTOS FINANCEIROS			14.927,49	750,00	14.927,49	750,00
43	ACTIVOS FIXOS TANGÍVEIS			4.878.393,24	2.969.826,89	4.878.393,24	2.969.826,89
44	ACTIVOS INTANGÍVEIS			3.247,09	3.247,09	3.247,09	3.247,09
45	INVESTIMENTOS EM CURSO			122.980,82	1.665,57	121.315,25	
51	CAPITAL				1.344.097,96		1.344.097,96
56	RESULTADOS TRANSITADOS			74.392,34	646.976,38		572.584,04
59	OUTRAS VARIAÇÕES NO CAPITAL F			19.703,05	349.612,10		329.909,05
61	CUSTO MERC.VENDIDAS E MAT. C			1.118.188,83	1.118.188,83		
62	FORNECIMENTOS E SERVICOS EX			615.838,71	615.838,71		
63	GASTOS COM O PESSOAL			2.198.454,97	2.198.454,97		
64	GASTOS DE DEPRECIACÃO E AMOR			94.996,69	94.996,69		
65	PERDAS POR IMPARIDADE			5.363,37	5.363,37		
68	OUTROS GASTOS E PERDAS			37.998,45	37.998,45		
69	Gastos e Perdas de Financiamento			10.881,31	10.881,31		
71	VENDAS			1.304.211,00	1.304.211,00		
72	PRESTACOES DE SERVICOS			2.450.570,95	2.450.570,95		
75	COMPARTICIPACAO E SUBS. A EX			71.519,48	71.519,48		
76	Reversões			1.258,00	1.258,00		
77	GANHOS POR AUMENTOS DE JUS			467,91	467,91		
78	Outros Rendimentos e Ganhos			60.462,02	60.462,02		
79	Juros, Dividendos e outros rendimen			82,99	82,99		
81	RESULTADO LÍQUIDO DO EXERCÍ	49.758,98	49.758,98	3.936.611,52	3.886.852,54	49.758,98	
Total geral:		49.758,98	49.758,98	33.822.499,01	33.822.499,01	6.135.297,78	6.135.297,78

Handwritten signatures and initials in the top right corner, including a large signature and several smaller ones.

NOTAS:

Handwritten signatures and initials in black and blue ink, including the name "Luís Guilherme Gusmão" and other illegible marks.

SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL

CC 41219 – LUÍS GUILHERME GUSMÃO

CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS
RELATO SOBRE A AUDITORIA DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras anexas de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL**, que compreendem o balanço em 31 de dezembro de 2025 (que evidencia um total de **3.085.613,42** euros e um total de fundos patrimoniais de **2.196.832,07** euros, incluindo um resultado líquido negativo de **49.758,98** euros), a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração das alterações nos fundos patrimoniais e a demonstração dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas anexas às demonstrações financeiras que incluem um resumo das políticas contabilísticas significativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira de **SANTA CASA DA MISERICÓRDIA DE PORTEL** em 31 de dezembro de 2025 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa relativos ao ano findo naquela data de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISA) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras" abaixo. Somos independentes da Entidade nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras

O órgão de gestão é responsável pela:

- preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Entidade de acordo com a Norma Contabilística e de Relato Financeiro para Entidades do Setor Não Lucrativo adotada em Portugal através do Sistema de Normalização.
- elaboração do relatório de gestão nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras isentas de distorção material devido a fraude ou a erro;
- adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- avaliação da capacidade da Entidade de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira da Entidade.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISA detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISA, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da Entidade;
- avaliamos a adequação das políticas contabilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contabilísticas e respetivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade da Entidade para dar continuidade às suas atividades. Se concluirmos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que a Entidade descontinue as suas atividades;
- avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- comunicamos com os encarregados da governação, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório de gestão com as demonstrações financeiras.

RELATO SOBRE OUTROS REQUISITOS LEGAIS E REGULAMENTARES

Sobre o relatório de gestão

Dando cumprimento aos requisitos legais aplicáveis, somos de parecer que o relatório de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor e a informação nele constante é coerente com as demonstrações financeiras auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre a Entidade, não identificamos incorreções materiais.

16 de abril de 2026

TELES & ASSOCIADOS, SROC, Lda.,
representada por
Andreia Isabel Inácio Teles
ROC n.º 1503 | CMVM n.º 20161113

Assinado por: **Andreia Isabel Inácio Teles**
Num. de Identificação: 11076119
Data: 2026.04.16 11:05:36+01'00'
Certificado por: **SCAP**
Atributos certificados: **Gerente de TELES & ASSOCIADOS,
SROC, LDA (VAT PT-505778530)**